

Thaylise Sousa Bezerra

**AS MULHERES BRASILEIRAS QUE OCUPAM
LUGAR NA POLÍTICA: INCLUSÃO E EXCLUSÃO**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão do
curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário
de Brasília - UniCEUB.

Brasília-DF

2003

Thaylise Sousa Bezerra

**AS MULHERES BRASILEIRAS QUE OCUPAM
LUGAR NA POLÍTICA: INCLUSÃO E EXCLUSÃO**

Banca Examinadora:

Prof^a. Renata de Melo Rosa
(Orientadora)

Prof. Marco Antonio Meneses
Silva
(Membro)

Prof. Marcelo Valle
(Membro)

Brasília-DF

2003

Dedico este trabalho à Maria Auxiliadora, porque além de ser a melhor mãe do mundo, minha melhor amiga e minha irmã mais velha, é o exemplo mais fiel de mulher que encontrei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que sempre foi meu melhor amigo. À minha querida orientadora, Renata, que me ensinou com muita paciência a dar os primeiros passos na elaboração de um trabalho científico. Agradeço também ao Marcelo Valle, um professor super querido que me deu dicas muito importantes. A todas as mulheres que compartilharam comigo suas experiências na política, pois foram essenciais para este estudo.

Agradeço também a todos os amigos que através de materiais e indicações bibliográficas contribuíram com dados fundamentais para a realização de minha pesquisa. Entre estes, destaco meu amigo Leonardo Aquino que me ajudou bastante e minhas grandes amigas Tatyane, Mônica, Jamille e Ana Carolina do grupo de pesquisa “Cultura e Relações Internacionais”.

E agradeço especialmente à Maria Auxiliadora e Edilson, meus pais, e à Thalyta, minha irmã, pois são as pessoas que mais amo no mundo e que em todos os momentos de minha vida acreditaram e sempre acreditarão em meu potencial me dando todo o seu apoio, sem vocês eu jamais teria chegado a lugar algum. Entre estes que mais amo também está o Klaus, meu namorado, que teve toda a paciência do mundo neste último ano tão atarefado, muito obrigada!

A todos, quero deixar meu MUITO OBRIGADA por terem contribuído na realização de meu sonho.

*Feliz é a pessoa que acha a sabedoria e o conhecimento,
pois isso é melhor do que a prata e tem mais valor do que
o ouro.*

(Bíblia Sagrada, prov. 3:13 e 14)

SUMÁRIO

Introdução	01
A Escolha do Objeto de Pesquisa	03
Conteúdo	03
Metodologia	04
Capítulo 1 – O Lugar do Feminino na Teoria Política de Weber e Maquiavel	06
Capítulo 2 – Os Direitos das Mulheres Também São Direitos Humanos	15
2.1- A Trajetória das Conquistas da Mulher no Brasil desde o Direito ao Voto.....	16
2.2- A Trajetória das Conquistas da Mulher no Mundo.....	18
Capítulo 3 - As Mulheres que Chegaram ao Poder	35
3.1 – História de Vida.....	35
3.2 – Entrada na Política.....	38
3.3 – Dificuldades Enfrentadas.....	42
Conclusão	50
Referências Bibliográficas.....	52
Anexo	

RESUMO

O presente trabalho pretende abordar a inserção da mulher brasileira na política desde a aquisição do direito ao voto em 1932. Constitui-se em um estudo sobre a situação das mulheres nos canais de acesso ao poder, o que isto mudou na vida delas, de suas famílias e na vida em sociedade. Após a apresentação teórica do papel do político e das características femininas, serão analisadas as conquistas da mulher no Brasil e no mundo, bem como a participação desta no poder Executivo e Legislativo. Por fim, será apresentado o estudo de caso das mulheres que entraram na política, enfocando principalmente a história de vida de cada uma, as dificuldades enfrentadas por elas e como conseguem manter o poder em um ambiente predominantemente masculino.

ABSTRACT

The present work intends to give an approach of the role of Brazilian women in politics since the acquisition of suffrage rights in 1932. It consists of a study about the empowerment of women, what influence that made in their personal lives, what that changed in their families and in life in society. After the theoretical presentation of the role of politicians and the women characters, I will analyze the victories of women in Brazil and throughout the world in the politics field, as well as the participation of these women in the Executive and Legislative branches. Finally, a study case is presented about some politician women, focusing mainly in their history, the difficulties they faced and how they managed to maintained their power in a man predominant environment.

INTRODUÇÃO

As conquistas adquiridas pela mulher no universo político merecem atenção especial desta pesquisa, pois é de reconhecimento mundial a discrepância da representação feminina no cenário político nacional, quando comparada à masculina.

A luta política no mundo ocidental tem se mostrado historicamente através da luta pelos direitos que visam a igualdade social de todos. A idéia de Direitos Humanos da maneira que a entendemos hoje é nova no mundo. Ela surgiu quando as pessoas começaram a perceber a injustiça de uns serem considerados superiores e outros inferiores. O maior expoente disso tudo foi a Revolução Francesa, quando a população que passava fome se revoltou contra o rei e a nobreza que esbanjavam-se no luxo. A Revolução defendeu valores como a liberdade, igualdade e fraternidade que se espalharam pelo mundo todo, influenciando as leis de diversos países. Nesse diapasão e verificando que sempre se via excluída dos novos direitos e garantias conquistados, a mulher, que sempre representou mais de 50% da população mundial, também fez a sua empreitada para que pudesse gozar de direitos que anteriormente eram exercidos e destinados somente aos homens.

Muitos anos se passaram após a Revolução Francesa e entre 1939 e 1945 aconteceu a Segunda Guerra Mundial, onde diversas pessoas foram assassinadas sem piedade. Após a guerra, em 1945, os países, pensando na preservação da vida humana, decidiram criar a ONU – Organização das Nações Unidas – e em 1948, a Assembléia Geral da ONU aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o primeiro documento de direitos humanos feito em nome de toda a humanidade.

Nas décadas de 50 e 60 aconteceram diversas transformações no mundo que mudaram a vida das pessoas. O grande avanço tecnológico foi o marco desta época, pois foram inventados os antibióticos, a televisão, a

propagação comum da luz elétrica, do automóvel, do telefone e do avião. Na década de 60 a maior mudança foi a descoberta da pílula anticoncepcional, e os jovens se revoltaram contra o poder, fazendo diversas passeatas, deixando os cabelos crescerem e usando minissaias. Foi nesse período que as mulheres começaram a se unir para que suas idéias fossem respeitadas. A partir de então, o movimento feminista cresceu rapidamente criando na consciência das mulheres uma vontade de independência. Elas perceberam que se quisessem ser respeitadas teriam que eliminar as desvantagens acumuladas sobre elas durante séculos, e é aí que surgem os Tratados criados para ajudar a remover tudo que as impede de alcançarem as mesmas oportunidades dos homens e lutarem contra o preconceito, a discriminação e a violência.

Revolução silenciosa foi assim que Norberto Bobbio em seu livro “A Era dos Direitos”¹ intitulou a evolução social da mulher. Segundo o autor, essa revolução foi a mais conseqüente do século, pois afetou profundamente a alma masculina por este ter descoberto na mulher sua parceira na construção de um mundo melhor. Parceira não é a melhor definição dada ao assunto, visto que as mulheres sempre lutaram por igualdade de condições junto aos homens e se constataremos a situação social da mulher em nossos dias, averiguaremos que ela, apesar do enorme passo, ainda não alcançou este objetivo. As mulheres representam menos de 10% na assembléia legislativa do país, apesar de representarem mais da metade (51,3%) da população brasileira. O modelo ideal de política democrática prevê a participação de todos os representantes da sociedade, entretanto não é o que ocorre. Acredito que o grau de desenvolvimento de um país deve ser medido pelo grau de bem-estar de seu povo, pelo respeito aos direitos e dignidade da pessoa humana, e não pelo progresso tecnológico como antenas, satélites, internet, mísseis e armas químicas.

¹ Norberto Bobbio, A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

Infelizmente, ainda hoje encontramos algumas mulheres que não valorizam a sua história, suas lutas e suas conquistas. Há mulheres que ao chegarem a cargos de chefia se masculinizam para, segundo elas próprias, obterem mais respeito. Por quê ainda prevalece o valor masculino?

A escolha do objeto de pesquisa

As razões pelas quais as mulheres são sub-representadas politicamente serviram de estímulo para esta pesquisa. Os motivos que me levaram a optar por esse tema de pesquisa foi, primeiramente, o interesse por abordar questões relativas aos Direitos Humanos no âmbito das Relações Internacionais. Portanto, surgiu a idéia de pesquisar o caso das mulheres que decidiram entrar para a política e enfrentar todos os problemas que possam ocorrer pelo simples fato de serem mulheres. Após ter analisado toda a história de luta para combater a exclusão, os preconceitos e o aspecto de inferioridade imposto às mulheres, aquelas que venceram na política sempre despertaram minha curiosidade, pois a história de luta da mulher é diferente, visto que essa guerra era travada em seus próprios lares, com seus maridos, irmãos e até mesmo com seus pais que lhe tratavam diferente do filho homem da casa. Trata-se da naturalização da diferença sexual, e sabemos que esta diferença é de origem social e não biológica.

Conteúdo

Os capítulos desse trabalho se organizam da seguinte maneira:

O primeiro capítulo faz um contraponto teórico sobre o tipo ideal do político segundo Weber e Maquiavel, e as características do feminino de acordo com Simone de Beauvoir. Em relação às dúvidas desta pesquisa, este primeiro capítulo responde de forma clara que na teoria não há espaço para as mulheres.

O segundo capítulo apresenta a trajetória das conquistas femininas no Brasil e no mundo, depois faz uma investigação nos dados da participação da mulher em várias esferas da política brasileira e demonstra as falhas e alterações necessárias nos partidos, na sociedade e nas próprias mulheres. Este capítulo evidencia a baixa representatividade da mulher e mostra que na prática elas também não têm espaço.

O terceiro capítulo apresenta, por fim, o estudo de caso de algumas mulheres brasileiras que se candidataram e se elegeram para esferas do poder público. São relatadas algumas experiências desde a história de vida de cada uma delas, da decisão de entrada em um partido, o percurso da candidatura até a eleição e a permanência no poder, enfocando principalmente as dificuldades enfrentadas. Além disso, será apresentado o que mudou em suas vidas e de suas famílias pelo fato de terem entrado para a política, e também o motivo que as fizeram decidir por esta carreira sempre tão masculina. Ainda no capítulo três, abordo o problema da dominação masculina através das observações de Pierre Bourdieu.

Metodologia

Realizei três entrevistas com mulheres que estão ou estiveram na política. Elas foram interrogadas sobre os motivos que as levaram a entrar na política, o porquê desta opção, suas impressões a respeito desta experiência, o que consideram como aprendizado, o que é bom e o que é ruim para as mulheres, quais as alterações identitárias e quais os preconceitos sofridos pelo fato de serem mulheres. Decidi fazer as entrevistas pessoalmente, pois esta foi a maneira encontrada de não atuar apenas como um observador externo, que apenas registra uma ação e a interpreta sem considerar a intenção relatada pelo próprio agente social. Os momentos em que estive com elas foram fundamentais para minha percepção de como foi o percurso, a decisão e as dificuldades que

enfrentaram e que ainda enfrentam na política. As três entrevistadas permitiram o meu acesso ao gabinete ou até mesmo à casa de uma delas, e permitiram também que eu gravasse toda a entrevista. Vários trechos dessas entrevistas foram transcritos neste trabalho como forma de exemplificar as situações relatadas e exprimir o ponto de vista das mulheres que já passaram por essa situação. Não mudei nenhum nome das entrevistadas para melhor entender suas histórias de vida.

Capítulo I – O Lugar do Feminino na Teoria Política de Weber e Maquiavel

Este capítulo tem por objetivo fazer uma revisão crítica da literatura acerca da qualidade do político. Para este fim, tomarei os textos *Ciência e Política duas vocações* de Max Weber ² e *O Príncipe* de Maquiavel ³, nos quais os autores anunciam inúmeras características do político ideal. Apesar de Weber elaborar um conceito, ou seja, algo atemporal, e o referido texto constituir uma obra clássica, motivo por que cada geração e cada época sente necessidade de estudá-lo, gostaria de saber qual é o lugar do gênero feminino na conceitualização de política do autor, posto que nenhum dos estudiosos que viveu no século XX contribuiu mais do que este para enriquecer a linguagem e a teoria política. O Príncipe, de Maquiavel, também é um grande discurso para quem está no poder. Como as pessoas não ficam para sempre no poder, o autor indica a maneira pela qual é possível prolongar esta permanência.

A obra de Max Weber é vasta e apresenta como marca metodológica a construção de tipos ideais e a procura de objetividade do conhecimento. O político, tal como a ética protestante, o espírito do capitalismo e até mesmo, a ciência são modelos apresentados pelo autor para compreender a realidade. Assim, as definições de política ou do homem político restringem-se a modelos teóricos que não possuem qualquer pretensão de abranger todos os exemplos empíricos que a realidade pode oferecer.

Em primeiro lugar, para ser um político, é preciso ser dominador, possuir uma liderança inata e ter personalidade forte, posto que para Weber, o Estado é formado por “uma relação de dominação”, e só existe com a condição dos dominados obedecerem à autoridade dos dominadores:

² Ver Max Weber, “ Política como vocação” In: *Ciência e Política duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2000.

³ Ver Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

Tal como todos os agrupamentos políticos que historicamente o precederam, o Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima). O Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetem à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores.⁴

Segundo Weber, há três qualidades principais do homem político: “paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção”⁵. Paixão, no sentido de propósito a realizar, ou seja, determinação e compromisso com alguma causa. O sentimento de responsabilidade, por sua vez, deve se tornar o determinante da atividade, pois só com a paixão um homem não é transformado em chefe político. O senso de proporção atua no sentido de não usar os sentimentos, empregar sempre o cérebro e nunca o coração. Mas como pode existir em uma mesma pessoa a paixão e o frio senso de proporção? O autor responde esta indagação afirmando que política se faz com a cabeça, “faz-se política usando a cabeça e não as demais partes do corpo”⁶. Sua obra é centrada na racionalidade e na objetividade. Portanto, é necessário o domínio absoluto da razão, característica esta que é ligada à liderança, à dominação e à autoridade.

Em segundo lugar, o homem político deve ser economicamente independente para não se sentir obrigado a receber pelos serviços que presta na política. Ou seja, é preciso ter fortuna pessoal, pois assim é mais fácil conservar a honra e a integridade, que não podem ser manchadas no espaço público. Sem estes dois sentimentos, a política é ameaçada por uma corrupção assustadora. Portanto, o homem político por vocação nunca pode ser corrupto. Ele deve viver para a política, e não da política.

A vaidade também é entendida como inimiga do homem político, pois induz aos pecados mortais na política que são: não defender causa alguma e não

⁴ Ver Max Weber, op. cit., p. 57.

⁵ Ver Max Weber, op. cit., p. 106.

⁶ Ver Max Weber, op. cit., p. 106.

ter sentimento de responsabilidade. É preciso dominá-la, para não ser levado a gozar o poder simplesmente pelo poder.

Weber⁷ associa política à liderança, à responsabilidade e principalmente à tomada de decisões. Já que para ele o Estado se funda na força, o político é visto como um homem forte, um herói, um dirigente guerreiro, um chefe que tenha capacidade de causar forte impressão e que saiba combater.

Em terceiro lugar, é preciso gostar do poder, pois todo homem que se entrega à política aspira ao poder, seja para conseguir outros fins, ideais ou egoístas, seja porque visa o poder pelo poder para prestígio social. É na esfera da política que se desenvolvem as relações de poder, relações que estão marcadas pela luta incessante entre indivíduos, grupos, classes, raças e nações, cujos propósitos são sempre o poder.

O partido político deve procurar pessoas conhecidas que exerçam influência política no meio em que vivem, que tenham voz de comando e sejam detentores da confiança de seus colegas. Por exemplo, na Inglaterra até 1868 a organização dos partidos tinha o aspecto de um puro agrupamento de homens de importância. Eles procuravam o artesão, o alfaiate, o ferreiro e o tecelão, pois estes mantinham contato com muitas pessoas.

Em quarto lugar, o homem político tem “*o dever da verdade*”. Ele deve mostrar todos os documentos, pois não pode manchar sua honra caso as consequências sejam desagradáveis. Não pode se deixar levar pelas paixões, o exame dos fatos devem ser elaborados de forma metódica imparcial. Por outro lado, as paixões podem acarretar consequências que permaneceriam por muito tempo:

Há, por fim, o dever da verdade. É também ele incondicional, do ponto de vista da ética absoluta. Daí se retirou a conclusão de que se impunha publicar todos os documentos, principalmente os que humilham o próprio

⁷ Ver Max Weber, op. cit. p. 72.

*país, para pôr em evidência, à luz dessas testemunhas insubornáveis, o reconhecimento de uma culpabilidade unilateral, incondicional e que se despreocupa das conseqüências[...] Sabe o político que só a elaboração metódica dos fatos, poderá produzir frutos, ao passo que qualquer outro método acarretará, para a nação que o empregue, conseqüências que, talvez, exijam anos para deixarem de manifestar-se.*⁸

A base da política é a violência, pois até aqueles que conseguiram a paz, a conseguiram através da violência. Weber ainda diz que o político é o único responsável pela vitória que seu inimigo alcance: *“Consequentemente, se a ética a-cósmica do amor nos diz: ‘Não resistas ao mal pela força’, o político, ao contrário, dirá: ‘Deves opor-te ao mal pela força ou serás responsável pelo triunfo que ele alcance’*⁹. Enfim, dominação, independência econômica, gostar do poder e dever da verdade são as características do homem político segundo Weber.

Passando para a análise do texto de Maquiavel, é interessante observar que este autor exprime as qualidades do político de maneira inversa à de Weber. Enquanto este último propõe afirmativamente, como o político deve se comportar, Maquiavel constrói sua análise a partir das características que o príncipe não pode ter. O mais importante que o príncipe deve evitar é ser odiado ou desprezado pelos seus súditos¹⁰, portanto é preciso usar todos os meios para que jamais isto aconteça, senão sua carreira será desgraçada, e cumprindo isto, os outros defeitos não o farão correr perigo.

Entre as características que o soberano não pode ser de maneira alguma, pois se for será odiado, as principais são: ser “volúvel, frívolo, efeminado, tímido e irresoluto”¹¹. O soberano terá péssima consideração se for pego com alguma delas, pois suas ações devem testemunhar “grandeza, força de ânimo, gravidade e fortaleza”¹². É de extrema importância o príncipe se proteger destas características. Ser efeminado, por exemplo, demonstrará que foi dominado pela

⁸ Ver Max Weber, op. cit., pp. 112 e 113.

⁹ Ver Max Weber, op. cit., pg. 112.

¹⁰ Ver Nicolau Maquiavel, op. cit., p. 97.

¹¹ Ver Nicolau Maquiavel, op. cit., p. 106.

¹² Ver Nicolau Maquiavel, op. cit., p. 106.

mãe e será objeto de desprezo entre os súditos. Maquiavel dá um exemplo desta característica imperdoável:

O príncipe que quer conservar seu domínio é forçado às vezes a praticar o mal, [...]. Voltemos contudo, ao caso de Alexandre; este era tão bom que entre os motivos pelos quais é elogiado figura a alegação de que nos quatorze anos do seu reinado ninguém jamais foi executado sem justo julgamento. Não obstante, por ser tido como efeminado, permitindo que a mãe o dominasse, motivo pelo qual era desprezado, foi morto por uma conspiração promovida pelos seus soldados¹³.

Quando os súditos têm seu patrimônio e sua honra respeitados, geralmente vivem satisfeitos. Por este motivo, o príncipe deve evitar a usurpação dos bens e das mulheres de seus subordinados. É o valor do povo que faz o príncipe. O soberano que alcançar um elevado prestígio com seus súditos evitará a conspiração contra ele, pois o conspirador sempre acredita que a morte do soberano trará alegria para o povo. Então, o povo que não estiver com medo, com ciúmes, ou suspeitas, enfim, não estiver descontente, nunca aceitará conspirar contra seu dominador, e não se pode conspirar sozinho. Então, neste caso há sempre a proteção dos amigos e do Estado do lado do príncipe e, se ainda houver a estima do povo, é impossível alguém se arriscar, pois do lado do conspirador só haverá perigo, restando para este somente a inimizade do povo.

O gosto pelo mando está na natureza humana de acordo com Maquiavel. Entretanto, nesta mesma natureza está a desobediência inata e a mesquinha. Então, política para o autor, é exercer o poder sobre as pessoas, elas aceitando ou não, e as decisões ao governar devem ser irrevogáveis.

É curioso perceber que todas estas características rechaçam uma postura de passividade no mundo da política. Segundo Simone de Beauvoir a mulher é vista como uma serva, é corpo e sexo, é dependente do homem, é fraca

¹³ Refiro-me à característica de ser efeminado que Maquiavel adverte em seu livro, op. cit., pp 111 e 112.

e é passiva, “é artifício, tagarelice e mentira”¹⁴, “é preza da espécie”¹⁵. Parece que o conceito de política de Weber exclui o comportamento feminino enunciado por Simone de Beauvoir, porque a associação entre masculinidade e poder exclui historicamente a mulher do espaço público e consequentemente do poder.

O primeiro conjunto de oposições retrata que a dominação necessita da passividade, do dominado, e se as mulheres são seres concebidos como historicamente passivos, automaticamente são vistas como naturalmente dominadas ou domináveis. Por isso, pela lógica weberiana, o comportamento feminino não possui vocação para a política. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela, posto que “*O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro*”¹⁶, diz Beauvoir. Histórica e miticamente, a mulher é dependente do homem, seja pelo fato de haver surgido a partir de uma parte do homem – a costela de Adão – seja pela dependência de significado dada pelo homem.

Weber¹⁷ afirma que política se faz com a cabeça, com o cérebro e a mulher de Beauvoir é sempre associada ao corpo, aos sentimentos. Ela se apresenta diante do homem como um ser sexuado. O corpo da mulher é um dos elementos essenciais para a situação que ela ocupa neste mundo. Ela seduz pelo corpo e dificilmente pelo cérebro.

Segundo Beauvoir, a mulher é o caos: “*Tem, assim, a Mulher-Mãe um rosto de trevas: ela é o caos de que tudo saiu e ao qual tudo deve voltar um dia; ela é o nada*”¹⁸. Isto mostra que ela vai de encontro com a racionalidade exigida por Weber. O mesmo acontece com sua fraqueza, já que a mulher é

¹⁴ Ver Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.183.

¹⁵ Ver Simone de Beauvoir, op. cit., p. 85.

¹⁶ Ver Simone de Beauvoir, op. cit. p. 10.

¹⁷ Ver Max Weber, op. cit. p. 106

¹⁸ Ver Simone de Beauvoir, op. cit. p. 187.

percebida como mais fraca que o homem. A construção do feminino baseia-se na falta de força muscular, de menos glóbulos vermelhos e de uma capacidade respiratória menor. A essa fraqueza física é acrescentada a instabilidade emocional, a falta de controle e a fragilidade. A mulher é vista como um ser debilitado tanto no aspecto físico quanto no emocional. Assim, seu domínio sobre o mundo é menor. Seu lugar na sociedade sempre foi estabelecido a partir do ponto de vista masculino. Em nenhuma época ela impôs sua própria lei. Dessa maneira, o lugar de fala da mulher é o silêncio, a doçura e a passividade. Sua educação sempre foi de ser uma dama, discreta e elegante, pronta para servir e acompanhar o marido, e esperar que ele estabeleça suas ações e posturas.

De acordo com Weber¹⁹, para ser político é preciso ter riqueza, e com isto ser independente financeiramente, mas a mulher sempre fez parte do patrimônio do homem, primeiramente do pai, em seguida do marido, vista como objeto de troca. Também de acordo com Weber, ter fortuna, impede a corrupção e consequentemente protege a honra e a integridade do político. Corrupção pode ser entendida como comportamento de volúpia frente ao poder econômico, pois o masculino deve ser duro e frio para agüentar qualquer tipo de pressão, para não ceder e não se sentir dominado por outros.

Não quero dizer que a mulher está excluída do conceito de político ideal pelo sexo e sim pelo comportamento de passividade que historicamente foi associado à ela. Homens que, por exemplo, usam mais o coração que a cabeça, ou aqueles que não possuem força para comandar e dirigir um grupo de pessoas, os corruptos ou ainda quem seguiu a ética da religião, pois esta é contra o uso da força e contra vários outros princípios políticos, estes também não possuem vocação para a política. A passividade nos dois autores analisados está excluída de toda e qualquer atividade política bem sucedida. Em Maquiavel, por exemplo, o governante não pode ser efeminado ou tímido, características que também

¹⁹ Ver Max Weber, op. cit., p. 65.

sempre foram associadas às mulheres, ele deve ser ligado à caça, à guerra, ao exército, ser mais temido que amado, e nunca depender do poder alheio.

O quadro a seguir está baseado nas observações de Weber e Simone de Beauvoir, e exemplifica as oposições entre o comportamento do político ideal e o comportamento feminino. O quadro simboliza uma oposição binária, pois do lado do político ideal é simbolizado o poder, e do lado do comportamento feminino é simbolizado a submissão, e além de simbolizar oposições binárias, engendram uma hierarquia que fornece sinais negativos e positivos para os gêneros. As características assinaladas no quadro a seguir não são só opostas, mas também hierarquizadas.

O político ideal segundo Weber deve:	O comportamento feminino segundo Simone de Beauvoir:
→ Ser líder	→ Serva
→ Ser verdadeiro	→ Mentirosa
→ Ser racional	→ Caos
→ Ter cérebro	→ Ligada ao corpo
→ Ser frio	→ Sentimental
→ Ser dominador	→ Dominada
→ Ter fortuna	→ Dependente
→ Ser forte	→ Fraca
→ Ser guerreiro	→ Passiva

O exagero das características apresentadas no quadro compõem os modelos teóricos. Comparei modelos que não se ocupam de explicar a complexidade do real.

O próximo capítulo falará sobre os direitos que a mulher já conquistou e o que ainda falta conquistar, e apresentará sua trajetória na Brasil e no mundo. Depois fará uma investigação nos dados da participação da mulher em várias esferas da política e demonstrará as falhas e alterações necessárias nos partidos, na sociedade e nas próprias mulheres. O segundo capítulo tentará responder se na prática existe lugar para as mulheres.

CAPÍTULO II - OS DIREITOS DAS MULHERES TAMBÉM SÃO DIREITOS HUMANOS²⁰

O movimento engajado pelas mulheres nas últimas décadas alcançou transformações em todo o mundo e conseguiu alterar a condição de vida de muitas delas. Estas mudanças ocorreram por causa de uma luta contra a desigualdade de direitos e oportunidades entre os sexos, e por buscarem condições de vida mais dignas, igualitárias e justas. As mulheres conseguiram entrar em territórios exclusivamente masculinos, e conquistaram espaços na participação política e no mercado de trabalho. Em meio a protestos, a mulher avançou, e muito, no direito à igualdade com os homens no campo profissional, nas artes, na cultura em geral e na liberdade sexual.

É pensando em tudo que foi conquistado e o que ainda falta percorrer, que procuro discutir os direitos humanos das mulheres²¹, em especial os direitos políticos. Meu objeto é a representação da mulher na política brasileira desde a conquista do voto que teve início no Estado do Rio Grande do Norte, em 1928, e foi se estendendo a outros Estados, até ser reconhecido no Código Eleitoral de 1932 e na Constituição de 1934. Portanto, neste segundo capítulo, examinarei a participação feminina no poder, mostrando os dados desta participação no Brasil e em vários lugares do mundo. Para a cientista política Lúcia Avelar, a evolução da participação das mulheres na vida política está bastante ligada a mudanças sociais, políticas e culturais da época:

Destacam-se entre essas mudanças o surgimento de novos tipos de famílias, a ruptura dos padrões familiares patriarcais, as novas formas de

²⁰ *Slogan* defendido pelo movimento de mulheres no encontro realizado em Viena, em 1993, por ocasião da Conferência Mundial de Direitos Humanos.

²¹ Direitos garantidos pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, seu Protocolo Facultativo e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

produção no mundo do trabalho com impacto sobre as relações sociais, as conquistas das mulheres ao longo do século XX e o amadurecimento de uma consciência feminista, mudanças estas que acabaram por solapar estruturas seculares sobre as quais se assentava a dominação masculina em todas as esferas da vida pública e privada. No Brasil, as análises sobre mulheres na política também devem levar em conta as razões do lento processo de mudanças políticas no país, particularmente no campo dos direitos de cidadania.²²

O direito de votar não foi uma conquista fácil, ocorreu de forma gradual. As elites se preocuparam com a idéia de igualdade política trazida pela Revolução Francesa, segundo a qual outros indivíduos e grupos poderiam ser incluídos entre os eleitores e havia um certo receio a respeito da entrada daqueles que não pertenciam à elite política. Mas por que esta extensão do voto seria tão ameaçadora se as elites sempre souberam dominar os votos a seu favor? É porque a mudança na estrutura política (Revolução Francesa) questionou as bases do poder hierárquico. Além disso, a Revolução Industrial também celebrou a idéia de igualdade e liberdade no plano econômico. O direito ao voto no Brasil, assim como em outros países do mundo só se tornou universal após quase um século de demandas, e as mulheres constituem um exemplo adequado para entender quão longo foi este percurso.

2.1 - A TRAJETÓRIA DAS CONQUISTAS DA MULHER NO BRASIL A PARTIR DO DIREITO AO VOTO

No Brasil, o direito de voto para as mulheres ocorreu por decreto do presidente Getúlio Vargas, em 24 de fevereiro de 1932. Entretanto, com a ditadura deste mesmo presidente (1937-1945), aquelas reivindicações não avançaram na prática porque havia uma centralização política enorme, impedindo o surgimento de novas lideranças políticas e a mulher só pôde votar pela primeira vez em 1946. A Constituição de 1946 foi uma das mais avançadas e a mais democrática até

²² Ver Lúcia Avelar, *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora Unesp, 2002.

então, porque definiu o voto como secreto e universal, mas ainda negava o direito de voto aos analfabetos e limitava-se o direito de greve. Nas décadas de 40 e 50 houve um aumento significativo da participação da mulher nos movimentos sindicais. Na década de 60, houve uma enorme mobilização popular frente aos problemas nacionais, porém, os movimentos sindicais encontravam-se enfraquecidos devido a prisão de seus principais líderes. Em 1962, o Congresso Nacional aprovou e sancionou a lei 4.121 que modificou o Código Civil ampliando os direitos da mulher casada. Em 1967, com a nova Constituição, as mulheres não avançaram nem retrocederam, porque o fortalecimento do executivo ainda era muito grande, e os partidos políticos foram extintos sendo criados apenas dois: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). As eleições eram todas indiretas, ou seja, a liberdade política foi reduzida para homens e mulheres.

Após o decreto do AI-5 em dezembro de 1968, o mais violento de todos os atos institucionais, o Brasil entrou em uma ditadura total, marcada pela violência. Porém, a partir da década de 70, o governo de Ernesto Geisel começou a mudar a legislação eleitoral, e em 1970, houve a criação do Movimento Feminino pela Anistia. Em 1983, a criação das delegacias especializadas de atendimento à mulher vítima de violência. Finalmente, em 1988, a Constituição Federal assegurou direitos às mulheres como cidadãs e trabalhadoras. Além disso, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

A Constituição de 1988 reflete o avanço da organização e da luta das mulheres e é considerada uma das Constituições mais avançadas do mundo em relação à condição feminina, tendo incorporado as reivindicações do movimento feminista de forma a garantir na forma da lei um certo patamar de igualdade social entre homens e mulheres.

A partir de então, embora aquém do esperado, as mulheres começaram a se eleger para o Senado, para a Câmara Federal, Assembléias

Legislativas, Câmaras Municipais e postos executivos: prefeitas e vice - prefeitas em quase todos os Estados brasileiros. Não quero dizer que a eleição de mulheres se vincula a uma constituição mais inclusiva, mas decorre das próprias modificações da sociedade, pois se a sociedade não tivesse mudado seu pensamento patriarcal de nada adiantaria uma constituição mais favorável, porque o ranço social continuaria impedindo a eleição de mulheres.

Apesar disso, a sociedade continuava profundamente desigual, com uma cultura patriarcal que sempre definiu a mulher como inferior ao homem. Mas como foi visto, a partir da década de 60 e da descoberta da pílula anticoncepcional, que as mudanças foram intensas, e as mulheres entraram no mercado de trabalho, passaram a ser chefes de família e em vários lugares do mundo, passaram a se unir e lutar para que fossem ouvidas e respeitadas.

2.2 - A TRAJETÓRIA DAS CONQUISTAS DA MULHER NO MUNDO

Em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, os países se uniram para criar a ONU, Organização das Nações Unidas, da qual fazem parte 191 países, chamados de Estados-partes e que representam praticamente todas as nações do mundo. Ela foi criada para promover a colaboração entre os países membros para solucionar problemas mundiais, promover o respeito pelos direitos humanos e ajudar a construir e manter um bom relacionamento entre as nações. Em 1948, a ONU adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi o primeiro documento internacional de proteção de direitos humanos. A ONU aprovou, em 1966, dois Tratados Internacionais, o Pacto de Direitos Civis e Políticos e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que ampliam a idéia de direitos humanos, garantindo todos os aspectos da vida em sociedade.

Em relação aos marcos da trajetória da mulher no mundo, existem cinco grandes fóruns: a Convenção dos Direitos Políticos da Mulher de 1952 e 1960, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação

contra a Mulher de 1979, a Conferência de Nairóbi de 1985, e a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995.

A Convenção de 1952 defendeu a promoção real entre homens e mulheres, dando a estas últimas o direito de fazer parte dos governos; a de 1960, enfatizou que todo cidadão deve ter seus direitos assegurados e oportunidades iguais, sem distinção de sexo. Em 1963, a Assembléia Geral da ONU assinala a contínua discriminação contra a mulher e convoca os países-membros a elaborar um documento inicial para uma Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). A CEDAW (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women) de 1979, alegou que a discriminação contra a mulher viola o respeito pela dignidade humana e impede o desenvolvimento da mulher nos serviços do país, ou seja, nas instituições políticas e em todos os campos do setor público. Em Nairóbi foi defendida a importância de haver igualdade na participação política, e foram recomendadas também algumas estratégias para a participação feminina, tendo a educação política como um dos pilares para conseguir este objetivo.

Um dos acontecimentos mais importantes do ano de 1995, que mobilizou mulheres de todo o mundo foi a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, China, que defendeu o papel da mulher na sociedade apesar do reconhecimento das diversidades e particularidades históricas, culturais e religiosas. Foi acertado também que os Estados têm o dever de promover e proteger todos os direitos humanos, e recomenda-se para que melhorem a situação da mulher no mundo e a sua maior participação no poder e para que haja um equilíbrio entre homens e mulheres. Segundo Avelar, “*Os direitos humanos de todas as mulheres e meninas devem constar na pauta de atividades das Nações Unidas*”²³.

²³ Ver Lúcia Avelar, op. cit., p. 45, quando ela também comenta sobre esta importante conferência.

Em 1975, ocorreu outra conferência igualmente importante: a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher, patrocinada pela ONU, que aconteceu na Cidade do México, e foi assistida por oito mil mulheres representantes de cento e treze países e de organizações não-governamentais. Esta conferência debateu temas como a igualdade entre os sexos e a integração da mulher no desenvolvimento e promoção da paz. Foi um acontecimento inédito na luta pelos direitos da mulher. A partir desta discussão, a ONU declarou os anos de 1976 a 1985 como a Década da Mulher.

Muitas são as transformações que estão ocorrendo na nossa sociedade, mas isso não significa que foi conseguida uma total e real igualdade de condições e oportunidades com os homens, principalmente na política.

Todo este movimento acontecido no Brasil e no mundo de luta por direitos iguais foi chamado de feminismo. A categoria de gênero foi introduzida no século passado, nos anos 80, pelas feministas, pois era essencial entender como as diferenças de sexo são construídas socialmente e não atribuídas pelo biológico²⁴, então, seja o objetivo de amadurecer a sociedade e entender que apesar de existirem valores diferenciados aos sexos, é possível estabelecer direitos e deveres iguais. Uma vitória realmente aconteceu, porém as dificuldades enfrentadas não foram poucas, exatamente pelo fato de a dominação masculina estruturar universalmente a organização das sociedades e estar amparada pela lei e pela força, ocultando a mulher de uma consciência cultural, social e jurídica. Portanto, para se conseguir eliminar todas estas raízes de uma sociedade patriarcal e viver em igualdade de condições seria preciso eliminar a estrutura na qual a dominação masculina exerce influência. Em outras palavras, eliminar toda esta herança de discriminação e negação de direito das mulheres. Para Lúcia Avelar, este movimento foi fundamental para guiar as ações políticas feministas:

²⁴ Existem diversos tipos de movimentos feministas, mas talvez o objetivo que todos tenham em comum seja este, de entender como as diferenças de sexo são atribuídas socialmente.

A questão chave não é eleger mais mulheres e sim eleger mulheres feministas. O feminismo, como uma ideologia política, é elemento crucial na construção de identidades políticas femininas porque é um conjunto estruturado de idéias que guia a ação política. É a consciência de que as mulheres são discriminadas e não usufruem as mesmas condições de igualdade que os homens;[...] Em suma, é um processo cognitivo, intelectual, construído socialmente, e não apenas uma visão de mundo.²⁵

Hipoteticamente, a diferença atribuída aos sexos não precisa se manifestar em desigualdade. Apesar disto, muitas oportunidades ainda são bloqueadas às mulheres, principalmente na tomada de decisões e nos lugares de poder. A arena política nunca foi um lugar destinado ou construído para o feminino, já que seu lugar sempre foi a esfera doméstica. Assim, a idéia de que todos possuem direitos iguais omite uma realidade construída pela desigualdade dos sexos.

Os direitos de todos os brasileiros, sejam homens ou mulheres, estão descritos na Constituição Federal, que é o conjunto de leis mais importante do país, mas em alguns períodos da história muitos destes direitos só valiam para homens, brancos, ricos, e intelectuais. O passado escravista e patriarcal do Brasil retirou das mulheres e dos negros o direito à cidadania: os negros eram considerados mercadoria, e as mulheres dependiam dos homens para existir. Porém, com muita luta e após um longo período, os direitos foram parcialmente conquistados. Atualmente, os direitos humanos são reconhecidos como valendo para todas as pessoas, independente de sexo, cor ou o lugar onde vivem. Educação, saúde, trabalho, sexualidade e o direito de viver a vida sem discriminação, violência ou tortura são exemplos destes direitos. Apesar da determinação política, na prática estes nem sempre são distribuídos de modo eqüitativo.

Se os direitos prescritos na Constituição servem, na prática, para mulheres e homens, por que então falar em direitos humanos das mulheres? No

²⁵ Ver Lúcia Avelar, op. cit., p. 24.

início da proteção internacional dos direitos humanos, as pessoas protegidas não eram vistas com suas dificuldades, fragilidades, diferenças, mas com o tempo passou-se a perceber que determinados grupos da sociedade necessitavam de uma proteção especial, pois eram mais discriminados em relação aos outros. A partir daí, as pessoas discriminadas por sua raça, sexo, por serem crianças ou adolescentes, passaram a ter proteção diferenciada em um tratado internacional específico, feito para elas.

Por este motivo, foram elaborados dois Tratados Internacionais, já comentados, sobre direitos humanos das mulheres que o Brasil ratificou: a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU, conhecida por CEDAW, ratificada em 1984 e, para garantir a utilização desta Convenção, foi feito outro tratado, ratificado em 2002, o Protocolo Facultativo à CEDAW. Além destes, ainda existe um terceiro Tratado, que vale apenas no continente americano e no Caribe, que é a Convenção de Belém do Pará, feita pela OEA, que aborda a violência contra as mulheres. Discriminação e violência são os principais problemas que impedem as mulheres de ter uma vida digna e serem respeitadas como cidadãs. Por isso, conhecer e usar estes tratados é fundamental para que possam ser reconhecidas como seres humanos, livre de discriminação e violência. A CEDAW define a discriminação contra a mulher em seu artigo 1º, afirmando que discriminação é todo ato que possa prejudicar o acesso aos direitos, e em seu artigo 7º ela aborda a discriminação na vida política e pública, afirmando que as mulheres devem ter direito de votar e de serem candidatas a qualquer cargo livremente, assim como terem as mesmas chances que os homens em ocupar cargos públicos:

Artigo 1º: Para os fins da presente Convenção, a expressão “discriminação contra a mulher” significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais

nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Artigo 7º: Os Estados-Partes tomarão as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país e, em particular, garantirão, em igualdade de condições com os homens, o direito a:

- a) Votar, em todas as eleições e referenda pública e ser elegível para todos os órgãos cujos membros sejam objeto de eleições públicas;*
- b) Participar na formulação de políticas governamentais e na execução destas, e ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais;*
- c) Participar em organizações e associações não-governamentais que se ocupem da vida pública e política do país.*

Após vários séculos, as estatísticas mostram que a mulher avançou pouco em sua representação política. Segundo a União Interparlamentar de Genebra²⁶, nos cento e setenta e oito parlamentos existentes no mundo, a proporção média de deputadas é de 13,2%, e a de senadoras é de 10,9%. Somente vinte e quatro Casas Legislativas, das duzentos e quarenta e três existentes, são presididas por mulheres. Ruanda é o país que se encontra em primeiro lugar, com 48,8% de mulheres no Parlamento, comprovado nas últimas eleições em setembro de 2003, onde foram eleitas 39 mulheres dentre 80 cadeiras. Em segundo lugar, encontra-se a Suécia com 45,3% de mulheres e, em terceiro, a Dinamarca, com 38% da participação feminina no poder. Ruanda parece ser um caso particular, enquanto há uma tendência à maior participação feminina em sociedades mais evoluídas e esclarecidas. A posição do Brasil é de 90º lugar, ficando atrás de muitos outros países, como por exemplo, Paraguai, Guatemala, São Tomé e Príncipe, Camarões, Tailândia, e bastante atrás da Argentina, Portugal ou Senegal.

No executivo, a presença da mulher ainda é menor. Existem apenas seis chefes de Estado, representantes da Guiana Inglesa, Irlanda, Letônia, Panamá, San Marino e Sri Lanka. Em quarenta e oito países, não há nenhuma mulher ministra nem secretária de Estado. Diante do exposto, é notado que as

²⁶ Ver *site* da Inter-Parliamentary Union. Disponível em: <http://www.ipu.org/>

mulheres se encontram majoritariamente excluídas dos processos de decisão política. A vida parlamentar continua sendo dominada por homens em todos os países e, portanto, a vida pública e política é nova para grande parte das mulheres no mundo.

Através da tabela de A.1 que se encontra em anexo, pode-se perceber que o Brasil tem dificuldade em inserir mulheres na política, posto que ocupa o 90º lugar - com apenas 8,6% desta participação - entre os países que possuem alguma representação feminina no poder. Nas últimas eleições houve um pequeno avanço em relação às outras, pois foram indicadas quatro mulheres para ocuparem ministérios e secretarias especiais. São elas: Benedita da Silva – Ministra da Assistência e Promoção Social; Dilma Rousseff – Ministra de Minas e Energia; Marina Silva – Ministra do Meio Ambiente; e Emília Fernandes – Secretária Especial de Políticas para as Mulheres. Contudo, apesar de estarem ocupando ministérios, que foi uma decisão do presidente Lula justamente para dar a sensação de inclusão de minorias, outra coisa é dar poder efetivo a estas mulheres. Das mencionadas, me parece que apenas a Dilma e a Marina desfrutam de algum poder. As outras duas, vale mencionar que o ministério da Benedita está ligado à assistência e promoção social e ela não comanda os recursos do Fome Zero, o que representa um claro hiato de poder. A Emília Fernandes, não se sabe como estão sendo realizados os seus trabalhos, porque são raras as vezes que esta se encontra nos meios de comunicação.

As mulheres concorreram ao Governo em doze Estados e, em dois deles, foram eleitas governadoras, no Rio Grande do Norte e no Rio de Janeiro. Trata-se de um avanço, pois a primeira governadora no país, que foi Roseana Sarney, foi eleita apenas em 1994. No Congresso Nacional foram eleitas quarenta e duas deputadas e oito senadoras. Trata-se de uma bancada ainda muito pequena, pois existem quinhentos e treze cadeiras na Câmara e oitenta e uma no Senado. Mas por que o Brasil tem esta dificuldade? Por que a posição ocupada

pelo país se encontra em franca desvantagem em relação a outros países? Por que esta sub-representação continua tão grande no Brasil?

Para entender as razões desta baixa participação feminina na política, destaco alguns fatores determinantes. Um primeiro fator seria a socialização diferenciada entre meninos e meninas. Desde pequenos, as crianças brasileiras são educadas de acordo com o gênero a que pertencem, e o mundo da política é visto como um universo distante do feminino, construído como referido aos sentimentos. Lúcia Avelar também afirma que a política é do mundo dos homens: *“a política é o lugar privilegiado dos homens, um lugar desapaixonado, enquanto na família, no mundo do privado, é que os sentimentos e as emoções podem se manifestar”*²⁷.

Um outro fator seria o alto índice de natalidade no Brasil, pois afeta os períodos da vida da mulher. Com o casamento e a maternidade, aumentam as tarefas para a mulher, deixando-a sem tempo para outras atividades. Toda a sua energia se volta para o lar, para as tarefas domésticas, enquanto a trajetória masculina não é determinada por tais ciclos, posto que os homens não precisam alterar suas atividades por conta de um filho ou um casamento. Os tipos de famílias também são fundamentais para estudar as causas desta baixa representação. Em uma família brasileira tradicional, os papéis dentro de casa são distribuídos conforme o sexo, dificultando assim, uma conscientização maior das mulheres em relação à política. Todos os fatores que enumerei se reportam em última instância ao continuísmo de determinados resquícios de uma sociedade patriarcalista.

A tabela 2.1 expressa a seguir, ilustra com maior detalhamento o fenômeno comentado no parágrafo anterior, ao apontar o número de candidaturas para a Câmara dos deputados por partido e por sexo, nas eleições de 2002. Nota-se que nenhum partido cumpriu a cota completa de 30% (no mínimo) para cada

²⁷ Ver Lúcia Avelar, op. cit., p. 153.

sexo e o que mais se aproximou foi o PCB com 28,57% de candidatas mulheres, contra 71,43% de candidatos homens no partido. Outro partido que conseguiu superar os 20% foi o PC do B com 21,57% de candidatas. Aqueles que cumpriram pelo menos a metade das cotas, ou seja, acima de 15%, foram o PCO, o PRN, o PST, o PSTU, o PT e o PV. É curioso perceber que os que mais chegaram perto de cumprir a cota são partidos de extrema esquerda. A diferença não reside no fato de o partido ser mais antigo ou novo, pois o PMDB (10,94%), o PDT (11,38%), o PFL (9,13%), o PPS (10,87%) e o PTB (13,16%), por exemplo, são partidos bem antigos e não conseguiram cumprir nem metade da cota estabelecida. Portanto, fica claro que existe uma relação entre os partidos de esquerda e a participação política da mulher, mas não cabe neste estudo, checar nem pesquisar esta relação.

TABELA 2.1 – Candidaturas por partido e sexo na Câmara dos Deputados – Eleições de 2002 – Brasil

CÂMARA DOS DEPUTADOS					
BRASIL - CANDIDATURAS - PARTIDO/SEXO - Eleições 2002					
Partidos Políticos	cota mínima		cota máxima		Total
	F	30%	M	70%	
PAN	4	6,67	56	93,33	60
PC do B	11	21,57	40	78,43	51
PCB	2	28,57	5	71,43	7
PCO	6	17,14	29	82,86	35
PDT	33	11,38	257	88,62	290
PFL	21	9,13	209	90,87	230
PGT	9	9,28	88	90,72	97
PL	33	11,54	253	88,46	286
PMDB	36	10,94	293	89,06	329
PMN	10	11,76	75	88,24	85
PPB	11	5,45	191	94,55	202
PPS	25	10,87	205	89,13	230
PRN / PTC	5	15,15	28	84,85	33
PRONA	10	12,66	69	87,34	79
PRP	13	13,40	84	86,60	97
PRTB	19	14,96	108	85,04	127
PSB	29	8,68	305	91,32	334
PSC	14	10,14	124	89,86	138
PSD	7	12,28	50	87,72	57
PSDB	36	12,90	243	87,10	279
PSDC	6	7,79	71	92,21	77
PSL	4	8,70	42	91,30	46
PSN / PHS	4	4,94	77	95,06	81
PST	14	15,38	77	84,62	91
PSTU	8	17,78	37	82,22	45
PT	61	14,29	366	85,71	427
PT do B	9	9,09	90	90,91	99
PTB	30	13,16	198	86,84	228
PTN	3	6,12	46	93,88	49
PV	36	15,72	193	84,28	229
Total	509	11,52	3.909	88,48	4.418

CFEMEA/Eleições 2002

Em nosso país, as mulheres constituem a maioria do colégio eleitoral. Entretanto, elas ainda não desfrutam das mesmas oportunidades de ascensão a cargos públicos que os homens, que vem sedimentando a sua participação política há muitas décadas. Um ponto interessante é por que a participação feminina é tão modesta se a maioria do colégio eleitoral é feminino? Talvez seja por causa de uma alienação política, cujas mulheres estão expostas desde cedo, sobretudo pela visão de que a política é um jogo sujo, nada apropriado a “damas”. Para equacionar esta lacuna e aumentar o índice de participação política da mulher, alguns países adotaram o sistema de cotas. Inspirado neste exemplo, e em resposta às pressões do movimento feminista, recentemente o Congresso Nacional aprovou uma lei que estabeleceu normas para as eleições municipais, fixando cotas percentuais de mulheres candidatas em cada partido. Essa medida, ainda que questionável, representou um avanço no debate sobre a necessidade de se garantir a participação igualitária da mulher nas esferas de poder.

A legislação de cotas foi implantada no Brasil em 1995, através da Lei nº. 9.100, que estabelecia no Art. 11 § 3º, uma cota mínima de 20% para a candidatura de mulheres às Câmaras de Vereadores. Foi a primeira consequência prática da participação do nosso país na Conferência Mundial da Mulher, realizada em Beijing, China, em 1995, que recomendou aos países a adoção de "ações afirmativas" para se apressar a diminuição da exclusão das mulheres e se chegar à igualdade entre os sexos nos centros de poder político. Em 1997, a Lei nº 9504, que estabeleceu normas para as eleições de outubro de 1998, alterou a redação anterior, reservando uma cota mínima e máxima por sexo, para as candidaturas e estendeu as cotas para todas as eleições proporcionais (Câmara de Vereadores; Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Legislativa do Distrito Federal; e Câmara dos Deputados). O Art. 10. § 3º, estabeleceu que "Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para

candidaturas de cada sexo". E o Art. 80 das Disposições Transitórias determinou que "Nas eleições a serem realizadas no ano de 1998, cada partido ou coligação deverá reservar, para candidatos de cada sexo, no mínimo, vinte e cinco por cento e, no máximo, setenta e cinco por cento do número de candidaturas que puder registrar".

De acordo com as tabelas de número 2.2 e 2.3, farei uma comparação entre as mulheres candidatas e as eleitas de cada partido, nas eleições de 1994, 1998 e 2002.

TABELA 2.2 – Quadro comparativo das candidaturas por partido e sexo de 2002-1998-1994

CÂMARA DOS DEPUTADOS															
BRASIL - QUADRO COMPARATIVO - CANDIDATURAS - PP/SEXO - Eleições 2002-1998-1994															
Partido Político	Feminino			cota mínima			sem cota			cota máxima			Total		
				2002	1998	1994				2002	1998	1994			
	2002	1998	1994	30%	25%	0%	2002	1998	1994	70%	75%	0%	2002	1998	1994
PAN	4	0		6,67	-		56	30		93,33	100,00		60	30	0
PC do B	11	9	8	21,57	22,50	18,18	40	31	36	78,43	77,50	81,82	51	40	44
PCB	2	2	0	28,57	40,00	-	5	3	1	71,43	60,00	100,00	7	5	1
PCO	6	1		17,14	25,00		29	3		82,86	75,00		35	4	0
PDT	33	28	13	11,38	9,52	4,28	257	266	291	88,62	90,48	95,72	290	294	304
PFL	21	22	6	9,13	8,06	2,58	209	251	227	90,87	91,94	97,42	230	273	233
PGT	9	0		9,28	-		88	13		90,72	100,00		97	13	0
PL	33	5	4	11,54	5,43	2,82	253	87	138	88,46	94,57	97,18	286	92	142
PMDB	36	42	24	10,94	12,21	6,06	293	302	372	89,06	87,79	93,94	329	344	396
PMN	10	8	5	11,76	9,52	6,58	75	76	71	88,24	90,48	93,42	85	84	76
PPB (PPR + PP)	11	21	21	5,45	7,53	4,05	191	258	407	94,55	92,47	95,95	202	279	428
PPS	25	6	3	10,87	4,96	9,38	205	115	29	89,13	95,04	90,63	230	121	32
PRN / PTC	5	3	3	15,15	8,57	5,45	28	32	52	84,85	91,43	94,55	33	35	55
PRONA	10	7	11	12,66	18,42	25,58	69	31	32	87,34	81,58	74,42	79	38	43
PRP	13	10	7	13,40	12,05	7,78	84	73	83	86,60	87,95	92,22	97	83	90
PRTB	19	9	0	14,96	17,31	-	108	43	6	85,04	82,69	100,00	127	52	6
PSB	29	12	6	8,68	7,23	5,94	305	154	95	91,32	92,77	94,06	334	166	101
PSC	14	20	7	10,14	13,07	7,45	124	133	87	89,86	86,93	92,55	138	153	94
PSD	7	9	3	12,28	11,38	3,61	50	70	80	87,72	88,61	96,39	57	79	83
PSDB	36	26	17	12,90	9,12	6,27	243	259	254	87,10	90,88	93,73	279	285	271
PSDC	6	6		7,79	16,22		71	31		92,21	83,78		77	37	0
PSL	4	2		8,70	8,70		42	21		91,30	91,30		46	23	0
PSN / PHS	4	3		4,94	12,00		77	22		95,06	88,00		81	25	0
PST	14	1		15,38	6,67		77	14		84,62	93,33		91	15	0
PSTU	8	13	5	17,78	23,21	22,73	37	43	17	82,22	76,79	77,27	45	56	22
PT	61	40	38	14,29	12,23	10,19	366	287	335	85,71	87,77	89,81	427	327	373
PT do B	9	5		9,09	6,25		90	75		90,91	93,75		99	80	0
PTB	30	17	3	13,16	9,04	1,55	198	171	190	86,84	90,96	98,45	228	188	193
PTN	3	2		6,12	5,28		46	36		93,88	94,74		49	38	0
PV	36	19	1	15,72	19,39	5,00	193	79	19	84,28	80,61	95,00	229	98	20
Total	509	348	185	11,52	10,37	6,15	3.909	3.009	2.822	88,48	89,63	93,88	4418	3357	3007

CFE/ME/ Eleições 2002

TABELA 2.3. – Quadro comparativo das eleitas por partido e sexo de 1994-1998-2002

CÂMARA DOS DEPUTADOS															
BRASIL - QUADRO COMPARATIVO - ELEITAS - PARTIDO/SEXO - Eleições 2002-1998-1994															
Partido Político	Feminino			com cota		sem cota	Masculino			com cota		sem cota	Total		
				2002	1998	1994				2002	1998	1994			
	2002	1998	1994	%	%	0%	2002	1998	1994	%	%	0%	2002	1998	1994
PAN	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0
PC do B	4	2	2	33,33	28,57	20,00	8	5	8	66,67	71,43	80,00	12	7	10
PCB	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0
PCO	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0
PDT	1	1	2	4,76	4,00	5,88	20	24	32	95,24	96,00	94,12	21	25	34
PFL	6	5	2	7,14	4,76	2,25	78	100	87	92,86	95,24	97,75	84	105	89
PGT	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0
PL	0	0	0	0,00	0,00	0,00	26	12	13	100,00	100,00	100,00	26	12	13
PMDB	4	8	8	5,41	9,64	7,48	70	75	99	94,59	90,36	92,52	74	83	107
PMN	0	0	0	0,00	0,00	0,00	1	2	4	100,00	100,00	100,00	1	2	4
PPB (PPR + PP)	1	0	4	2,04	0,00	4,71	48	60	81	97,96	100,00	95,29	49	60	85
PPS	0	0	0	0,00	0,00	0,00	15	3	2	100,00	100,00	100,00	15	3	2
PRN / PTC	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	1	0,00	0,00	100,00	0	0	1
PRONA	0	0	0	0,00	0,00	0,00	6	1	0	100,00	100,00	0,00	6	1	0
PRP	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	1	0,00	0,00	100,00	0	0	1
PRTB	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0
PSB	2	1	1	9,09	5,56	6,67	20	17	14	90,91	94,44	93,33	22	18	15
PSC	0	0	1	0,00	0,00	33,33	1	2	2	100,00	100,00	66,67	1	2	3
PSD	1	0	0	25,00	0,00	0,00	3	3	3	75,00	100,00	100,00	4	3	3
PSDB	6	7	5	8,45	7,07	7,94	65	92	58	91,55	92,93	92,06	71	99	63
PSDC	0	0	0	0,00	0,00	0,00	1	0	0	100,00	0,00	0,00	1	0	0
PSL	0	0	0	0,00	0,00	0,00	1	1	0	100,00	100,00	0,00	1	1	0
PSN / PHS	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0
PST	1	0	0	33,33	0,00	0,00	2	1	0	66,67	100,00	0,00	3	1	0
PSTU	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0
PT	14	5	7	15,38	8,47	14,00	77	54	43	84,62	91,53	86,00	91	59	50
PT do B	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0
PTB	2	0	0	7,69	0,00	0,00	24	31	32	92,31	100,00	100,00	26	31	32
PTN	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0
PV	0	0	0	0,00	0,00	0,00	5	1	1	100,00	100,00	100,00	5	1	1
Total	42	29	32	8,19	5,65	6,24	471	484	481	91,81	94,35	93,76	513	513	513

CFE/ME/El.2002

CFE/ME/ Eleições 2002

De acordo com as duas tabelas acima, pode-se perceber que todos os partidos elegem muito pouco ou nenhuma de suas candidatas. Apesar da enorme distância entre candidatas e eleitas, o partido que mais elegeu nas últimas eleições foi o PT, que colocou quatorze mulheres entre sessenta e uma na Câmara dos Deputados. Em seguida, aparecem o PFL e o PSDB, ambos com seis eleitas, porém o PFL tinha vinte e uma candidatas e o PSDB trinta e seis. O partido que mais elegeu mulheres nas eleições de 1998 e 1994 foi o PMDB, com

oito eleitas, entre quarenta e duas e vinte quatro candidatas, respectivamente. Partidos como o PDT, o PL e o PV, tinham trinta e três candidatas os dois primeiros, e trinta e seis o último. Porém só quem elegeu pelo menos uma destas foi o PDT, os outros dois não elegeram ninguém, apesar do grande número de candidatas. Entre trinta partidos, apenas onze elegeram alguma mulher para a Câmara dos Deputados, os outros dezenove não elegeram nenhuma.

De qualquer maneira, houve uma evolução no número de candidaturas, pois de cento e oitenta e cinco em 1994, passou-se para trezentos e quarenta e oito em 1998 e quinhentos e nove em 2002 . De alguma forma, a Lei de cotas adiantou, porque em 1994 ainda não havia esta Lei, e entre o número de candidatas já citado, o número de eleitas foi de apenas trinta e duas (6,24%), contra quatrocentos e oitenta e um homens eleitos (93,76%). O partido que mais cresceu nas candidaturas femininas foi o PV que tinha apenas uma candidata em 94, passou para dezenove em 98 e chegou com trinta e seis em 2002, porém nunca elegeu nenhuma mulher, o que é questionável a relação entre a Lei de Cotas e o número de eleitas. Outros que também cresceram bastante foram o PDT, o PFL, o PL, o PPS, o PSDB, o PT e o PTB. Porém as eleitas só aumentaram mesmo em 2002, apesar de em 1998 ter crescido bastante o número de candidatas nos partidos, o número de eleitas diminuiu de trinta e dois em 1994 para vinte e nove em 1998, porém cresceu para quarenta e dois em 2002. Mas, de acordo com a tabela, ainda é muito pouco, ou quase nada, se comparado com os homens.

De acordo com as próximas tabelas, de números 2.4 e 2.5, analisarei as candidaturas e os eleitos por partido e sexo para os governos estaduais e para o governo do Distrito Federal. Apenas vinte mulheres (9,85%) foram candidatas para os governos estaduais de todo o país, contra cento e oitenta e três homens (90,15%). Apenas duas se elegeram, uma no primeiro turno – Rosinha Garotinho, do PSB, para o Rio de Janeiro – e a outra somente no segundo turno – Vilma de

Faria, também do PSB, para o Rio Grande do Norte. Os partidos que mais tiveram candidatas foram o PT e o PSB, ambos com quatro, porém o PT não elegeu nenhuma e o PSB elegeu as únicas duas. Em seguida vem o PCO com três candidatas, e o PGT, o PSDB e o PSTU com duas. Com apenas uma candidata segue o PFL, o PTB e o PV. Os outros partidos não tiveram nenhuma mulher como candidata.

TABELA 2.4 – Candidaturas dos governos estaduais e do governo do Distrito federal por partido e sexo nas eleições de 2002

GOVERNOS ESTADUAIS E GOVERNO DO DF					
BRASIL - CANDIDATURAS - PARTIDO/SEXO - Eleições 2002					
Partidos Políticos	sem cota				Total
	F	%	M	%	
PAN	0	0,00	5	100,00	5
PC do B	0	-	0	-	0
PCB	0	-	0	-	0
PCO	3	30,00	7	70,00	10
PDT	0	0,00	10	100,00	10
PFL	1	12,50	7	87,50	8
PGT	2	22,22	7	77,78	9
PL	0	0,00	1	100,00	1
PMDB	0	0,00	16	100,00	16
PMN	0	-	0	-	0
PPB	0	0,00	6	100,00	6
PPS	0	0,00	9	100,00	9
PRN / PTC	0	0,00	7	100,00	7
PRONA	0	0,00	5	100,00	5
PRP	0	0,00	1	100,00	1
PRTB	0	0,00	7	100,00	7
PSB	4	17,39	19	82,61	23
PSC	0	0,00	3	100,00	3
PSD	0	0,00	2	100,00	2
PSDB	2	15,38	11	84,62	13
PSDC	0	0,00	2	100,00	2
PSL	0	0,00	4	100,00	4
PSN / PHS	0	-	0	-	0
PST	0	-	0	-	0
PSTU	2	9,52	19	90,48	21
PT	4	16,67	20	83,33	24
PT do B	0	-	0	-	0
PTB	1	11,11	8	88,89	9
PTN	0	0,00	4	100,00	4
PV	1	25,00	3	75,00	4
Total	20	9,85	183	90,15	203

CFEMEA/Eleições 2002

Fonte: TSE - 26 de setembro de 2002

TABELA 2.5 – Eleitos, no primeiro e segundo turnos, por partido e sexo para os governos estaduais e para o governo do Distrito Federal - legislatura de 2003 a 2007

Governos Estaduais e Governo do Distrito Federal			
Legislatura 2003-2007			
Eleit@s 1º turno			
Unidade da Federação	Nome	Partido	% válidos
Acre	Jorge Viana	PT	63,58
Alagoas	Ronaldo Lessa	PSB	52,93
Amazonas	Eduardo Braga	PPS	52,37
Bahia	Paulo Souto	PFL	53,69
Espírito Santo	Paulo Hartung	PSB	53,97
Goiás	Marconi Perillo	PMDB	51,20
Maranhão	Zé Reinaldo	PFL	51,05
Mato Grosso	Blairo Maggi	PPS	50,67
Minas Gerais	Aécio Neves	PSDB	57,68
Pernambuco	Jarbas Vasconcelos	PMDB	60,42
Piauí	Wellington Dias	PT	50,96
Rio de Janeiro	Rosinha Garotinho	PSB	51,30
Tocantins	Marcelo Miranda	PFL	60,60
Eleit@s 2º turno			
Unidade da Federação	Nome	Partido	% válidos
Amapá	Antônio Waldez	PDT	54,57
Ceará	Lúcio Alcântara	PSDB	50,04
Distrito Federal	Joaquim Roriz	PMDB	50,62
Mato Grosso do Sul	Zeca do PT	PT	53,74
Pará	Simão Jatene	PSDB	51,72
Paraíba	Cassio Cunha Lima	PSDB	51,35
Paraná	Roberto Requião	PMDB	55,15
Rio Grande do Norte	Vilma de Faria	PSB	61,05
Rio Grande do Sul	Germano Rigotto	PMDB	52,67
Rondônia	Ivo Narciso Cassol	PSDB	59,07
Roraima	Francisco Flamarion Portela	PSL	53,49
Santa Catarina	Luiz Henrique da Silveira	PMDB	50,34
São Paulo	Geraldo Alckmin	PSDB	58,64
Sergipe	João Alves Filho	PFL	55,00

CFEMEA - Eleições 2002

De acordo com a tabela 2.5, não se sabe por que a mulher é eleita, se é por sua competência ou por representar uma alternativa à manutenção do marido. Pois no caso do Rio de Janeiro, é mais óbvio acreditar nesta última hipótese, porque a Rosinha não tinha qualquer carreira política, e me parece que ela só se candidatou a governadora para liberar o marido para ser candidato à presidência da república e não correr o risco de perder o país e o Rio de Janeiro.

A seguir, será analisada a tabela 2.6, de todos os eleitos para o Senado Federal, por partido e sexo. Apenas oito mulheres foram eleitas, contra trinta e sete homens. É enorme esta diferença em qualquer setor da política.

TABELA 2.6 – Eleitos para o Senado Federal – Eleições 2002

SENADO FEDERAL			
BRASIL - ELEITOS - ELEIÇÕES 2002			
Nome	Sexo	Partido	UF
Maria Osmarina Marina Silva de Souza	F	PT	Acre
Geralzinho Mesquita	M	PSB	Acre
Renan Calheiros	M	PMDB	Alagoas
Teotônio Vilela Filho	M	PSDB	Alagoas
Capi	M	PSB	Amapá
Papaléo	M	PTB	Amapá
Artur Neto	M	PSDB	Amazonas
Jefferson Peres	M	PDT	Amazonas
Antonio Carlos Magalhães	M	PFL	Bahia
César Borges	M	PFL	Bahia
Tasso Jereissati	M	PSDB	Ceará
Patrícia Lúcia Saboya Ribeiro Gomes	F	PPS	Ceará
Paulo Octávio	M	PFL	Distrito Federal
Cristovam Buarque	M	PT	Distrito Federal
Gerson Camata	M	PMDB	Espírito Santo
Magno Malta	M	PL	Espírito Santo
Demóstenes Torres	M	PFL	Goiás
Lúcia Vânia Abrão Costa	F	PSDB	Goiás
Roseana Sarney Murad	F	PFL	Maranhão
Edison Lobão	M	PFL	Maranhão
Jonas Pinheiro	M	PFL	Mato Grosso
Serys Marly Silhessarenko	F	PT	Mato Grosso
Delcídio	M	PT	Mato Grosso do Sul
Ramez Tebet	M	PMDB	Mato Grosso do Sul
Hélio Costa	M	PMDB	Minas Gerais
Eduardo Azeredo	M	PSDB	Minas Gerais
Ana Júlia de Vasconcelos Carepa	F	PT	Pará
Duciomar	M	PSD	Pará
Efraim Moraes	M	PFL	Paraíba
Zé Maranhão	M	PMDB	Paraíba
Flávio Arns	M	PT	Paraná
Osmar Dias	M	PDT	Paraná
Marco Maciel	M	PFL	Pernambuco
Sérgio Guerra	M	PSDB	Pernambuco
Heráclito Fortes	M	PFL	Piauí
Mão Santa	M	PMDB	Piauí
Sérgio Cabral Filho	M	PMDB	Rio de Janeiro
Marcelo Crivella	M	PL	Rio de Janeiro
José Agripino	M	PFL	Rio Grande do Norte
Garibaldi Filho	M	PMDB	Rio Grande do Norte
Paulo Paim	M	PT	Rio Grande do Sul
Sérgio Zambiasi	M	PTB	Rio Grande do Sul
Fátima Cleide Rodrigues da Silva	F	PT	Rondônia
Raupp	M	PMDB	Rondônia
Romero Jucá	M	PSDB	Roraima
Augusto Botelho	M	PDT	Roraima
Ideli Salvatti	F	PT	Santa Catarina
Leonel Pavan	M	PSDB	Santa Catarina
Romeu Tuma	M	PFL	São Paulo
Aloizio Mercadante	M	PT	São Paulo
Almeida Lima	M	PDT	Sergipe
Antônio Carlos Valadares	M	PSB	Sergipe
Leomar Quintanilha	M	PFL	Tocantins
João Ribeiro	M	PFL	Tocantins

CFEMEA - Eleições 2002

Fonte: TSE - 7 de outubro de 2002

Na tabela acima, é percebido que oito mulheres se elegeram para o Senado Federal, são elas, Maria Osmarina Marina Silva de Souza, do PT do Acre, Patrícia Lúcia Saboya Ribeiro Gomes, do PPS do Ceará, Lúcia Vânia Abrão Costa, do PSDB de Goiás, Roseana Sarney Murad, do PFL do Maranhão, Serys Marly Shnessarenko, do PT do Mato Grosso, Ana Júlia de Vasconcelos Carepa, do PT do Pará, Fátima Cleide Rodrigues da Silva, do PT de Rondônia e Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina. Nota-se que entre as oito, cinco são do PT, uma do PPS, uma do PSDB e outra do PFL.

De acordo com todas as tabelas analisadas, a maioria dos partidos colocou várias candidatas, mas nenhuma ou apenas uma se elegeu. Todas estas candidaturas femininas podem ser apenas uma estratégia do partido só para cumprir a cota, ou então o eleitorado brasileiro não está habituado a votar em mulheres, daí a enorme diferença entre o número de candidatas e o número de eleitas. Acredito que o que acontece no eleitorado brasileiro, é a falta de uma cultura política voltada para os movimentos feministas.

Visto que, a teoria weberiana e maquiavélica parece excluir o comportamento feminino do tipo de político ideal, a prática parece não estar muito longe desta teoria, como observado nas análises feitas no decorrer deste capítulo.

No próximo capítulo, apresentarei um estudo de caso de mulheres que apesar de todas as discriminações sofridas no próprio partido e na sociedade, conseguiram entrar para a política. Será discutida a trajetória destas mulheres, enfatizando a história de vida, a entrada na política e as dificuldades enfrentadas por cada uma delas.

CAPÍTULO III – As Mulheres que Decidiram Entrar na Política

Neste capítulo irei tratar sobre a trajetória da mulher na política brasileira através de um estudo de caso de algumas mulheres que se candidataram e se elegeram para esferas do poder público. Serão relatadas algumas experiências, desde a história de vida de cada uma delas, da decisão de entrada em um partido, o percurso da candidatura até a eleição e a permanência no poder. Além disso, será apresentado o que mudou na vida delas e de suas famílias pelo fato de entrar para a política, e também o motivo que as fizeram decidir por esta carreira sempre tão masculina. Abordo também o problema da dominação masculina para Pierre Bourdieu, que é um dos mais interessantes sociólogos da sociologia moderna e que consegue descerrar os mecanismos de organização simbólica de coisas muito sutis como a dominação masculina.

3.1. História de vida

Realizei três entrevistas. Uma com a primeira senadora do Brasil, Eunice Michilles, outra com a líder do governo na Câmara Legislativa do Distrito Federal deputada Eurides Brito, e a última com a Deputada Federal, Maria José Maninha.

Quando perguntadas as entrevistadas sobre suas trajetórias de vida, afirmaram que nunca pensaram em entrar para a política, pois vinham de famílias nas quais a função da mulher sempre foi de acompanhar o homem e servi-lo da melhor maneira. Era a dominação masculina ancorada de tal forma no inconsciente que as próprias mulheres não percebiam. Segundo Bourdieu esta dominação é tão naturalizada que chega a ser invisível a suas vítimas:

... divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação. [...] A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa

justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local. Seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.²⁸

A primeira senadora do Brasil, Eunice Michilles, começou a se interessar pela política por causa do marido, que era filho de prefeito e mais tarde entrou para a política. Ela conta um pouco de sua história e o que a fez aderir à política:

Eu nasci em São Paulo, nunca tive nenhum contato com política, mas me casei com um amazonense que era filho de um prefeito de uma cidadezinha do interior do Amazonas. Nosso acordo tácito foi de que ele jamais se envolveria com política. Como todas as promessas de amor logo, logo vão embora, então, quer dizer, poucos meses depois ele já estava envolvido com política. E isto para mim como esposa foi uma coisa, terrível, foi até muito difícil para o nosso casamento porque eu sentia que a política o envolvia de tal forma que era uma concorrente muito forte. Então lutei com todas as minhas forças para evitar aquilo e, no fim eu entendi o seguinte: que para salvar o meu casamento eu teria que me envolver também, quer dizer, participar. Então comecei a participar da política, era uma política bastante diferente porque na época e no interior do Amazonas aquela coisa assim muito ainda de coronel de barranco e enfim vamos dizer um eleitorado muito cativo, você tem que votar em fulano e era quem o patrão decidia, o marido decidia, enfim era por aí. Mas eu comecei a me envolver em política e comecei a sentir que não era por aí, que alguma coisa precisava ser mudada, e comecei a me interessar por política, e além de fazer um trabalho social, que sempre foi o meu forte, quer dizer, sempre foi aquilo que eu gostei de fazer, era o que eu queria fazer, e isso de alguma forma beneficiava o meu marido, porque ele aí já era candidato, foi candidato a vereador, logo depois foi candidato a deputado e se elegeu quatro vezes deputado, foi líder do governo, e então comecei a tomar contato com a política, aquilo que na época eu considerava errado e aquilo que eu achava que deveria ser feito, então muito jovem ainda, e com muito idealismo eu achei que podia consertar o mundo e que eu poderia fazer alguma coisa e eu comecei a me interessar na política, eu não era nem filiada a um partido, mas eu participava ajudando ele, indo aos comícios, acompanhando, e dando palpite no que ele deveria dizer, onde é que eu achava que as pessoas

²⁸ Ver Pierre Bourdieu. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, pp. 17 e 18.

estavam comentando, e então eu comecei a me envolver e a gostar da política, agora sempre com objetivo social, eu achava que era a maneira de você resolver os problemas sociais, a mim pessoalmente, nunca interessou o poder pelo poder, e sim o poder pelo poder de fazer alguma coisa neste campo social. Uma coisa que me marcou profundamente na época, era o fato das mulheres terem oito, dez, doze, quinze e até vinte e um filhos, com partos terríveis, mulheres morrendo sem poder dar a luz, isto me marcava profundamente, e eu então abracei uma bandeira que era muito impopular na época, que era a questão do planejamento familiar.

A atual líder do governo na Câmara Legislativa, Eurides Brito, veio de uma família onde só ela era mulher entre vários irmãos homens, e ela conta como foi sua história:

Uma das coisas que eu mais gosto de falar é de história de vida, porque em geral as pessoas que falam sobre sua história de vida é para dizer assim: ah! Eu sou filha de fulano de tal, neto de fulano de tal, da família tradicional tal, de tal região, então eu sou natural do Pará, e pessoas me perguntam de que família eu sou e eu costumo responder brincando assim: não pergunte porque ninguém tem pedigree. A conhecida e quem estudou na família sou eu, então é ao contrário, meus parentes dizem assim: ah! A Eurides é nossa parente. Meus pais foram migrantes cearenses para o Pará, Então eu sou filha de cearenses que ali chegaram, vindos da seca do Ceará e lá nasceram os filhos todos no Pará, dez filhos, interior do Pará, vida difícilíssima, cinco morreram crianças, então eu digo que eu começo a ser contemplada pela sorte já desde a infância pois uma família de dez eu ter sobrevivido e era a mais nova, a única mulher, então isto foi muito importante, e teve também um traço importante porque sobrevivia a única mulher mais nova no meio de quatro homens, quando eu perdi o pai, aos cinco anos de idade meu irmão mais velho tinha quinze, e todo mundo se reuniu e decidiu que pelo menos um tinha que estudar e a eleita para estudar foi eu por ser a menor, por ser mulher, gostava de estudar, minhas brincadeiras com boneca, minhas brincadeiras com a garotada da vizinhança já era sempre de professora, a gente fazia classes com as bonecas e eu estava sempre ali de professora, então isto foi extremamente interessante.

Para a Deputada Federal, Maria José Maninha, sua vida também nunca trouxe nenhum indício de que ela seria uma mulher política, até entrar na Universidade de Brasília e se engajar nos movimentos estudantis junto com alguns colegas:

Eu sou Maria José Maninha, nasci em Januária – Minas Gerais e estou em Brasília desde 1967, sou médica, formada pela Universidade de Brasília e comecei na política muito cedo, bem cedo na minha vida. Quando eu cheguei na UNB eu tinha apenas dezessete anos e eram ainda os anos da ditadura militar no país em 1967, e ao morar na Universidade de Brasília, no próprio campus da universidade, eu passei a conviver com os estudantes de uma maneira geral e em seguida com aqueles estudantes que faziam política estudantil, então desde a minha chegada a Universidade de Brasília eu me engajei no movimento estudantil e comecei então a participar ativamente de passeatas e manifestações e me tornei junto com alguns colegas liderança do movimento estudantil. Em meados de 1972 eu estava em uma organização política chamada: Ação Popular Marxista Leninista e esta organização era uma organização clandestina e nesse período eu fui presa pelo exército naquela época chamada de anos de chumbo e fui processada, passei algum tempo na prisão e impedida de me matricular na Universidade de Brasília passando cerca de dois anos fora da universidade, retornei através da justiça e continuei o meu curso me formando em 1974.

3.2. Entrada na política

Existem vários meios de entrada da mulher na política: umas entram por tradição familiar, outras porque o marido é político, ou o pai foi político, outras encontram seus meios de acesso através de Universidades, por exemplo, sendo professoras e de repente se engajam em um sindicato ou em movimentos estudantis.

Ainda existem aquelas que entram para lutar pelas mulheres, pelos ideais femininos de igualdade, ou por questões sociais diversas. Ou aquelas que entram por prestígio social, para mostrar para os homens que elas também conseguem. Entre as entrevistadas, encontrei uma que entrou por causa do marido e por questões sociais, outra porque era professora e foi eleita pelos colegas para representá-los em um partido e a última porque começou nos movimentos estudantis e sindicais.

A ex-senadora Eunice Michilles foi aquela que entrou para auxiliar o marido e por questões sociais:

Agora falando de como eu entrei na política, eu morava em Maués, até este tempo, depois eu fui para Manaus e resolvi que eu iria me candidatar, meu marido não era mais candidato, eu queria fazer algo mais, porque nesta época eu era gerente de uma empresa de seguro de saúde mas eu achava aquilo muito pobre, eu queria fazer mais, e resolvi me candidatar, fui à sede da arena, na época só existiam dois partidos: Arena e MDB, e eu disse que queria ser candidata a deputada estadual, e fui recebida assim com palmas, e com louvores, porque eles sabiam que eu tinha um bom trabalho em Maués, traria muitos votos de lá, porém não me elegeria, mas estes votos somariam para o partido e seria para eles fantástico, ajudaria a trazer mais um deputado, mas eu acho que é uma característica feminina, a gente quando entra numa batalha, entra para valer, com determinação, e eu entrei com toda garra. Realmente eu não tinha dinheiro, não tinha estrutura, não tinha nada, mas tinha uma grande ingenuidade, porque eu achava que as coisas deviam ser daquele jeito e enfim, não só ingênua, mas com muita determinação, bom, consegui me eleger como deputada estadual, nunca tinha me candidatado, eu vinha do interior, quer dizer, lá eu teria voto, mas na capital eu não era conhecida, mas as coisas aconteceram e eu fui a segunda mais votada do partido, com diferença de um voto. Então o que eu sentia era que as pessoas já estavam cansadas, já estavam querendo algo novo, estavam começando a acreditar na possibilidade de uma mulher vir a atender as ansiedades, as demandas que as pessoas queriam. Então, me elegi como deputada estadual. Sofri muita, mas muita dificuldade. Inicialmente as pessoas me aplaudiram porque era “moderno” o partido ter uma mulher, ele poderia alardiar dizendo nós somos um partido avançado porque nós abrimos a participação da mulher, então aquilo fazia o marketing, né! Era muito “bonito” aquilo, mas não era para se eleger não, era para figurar. E eu me lembro que a primeira vez que eu subi em um palanque, era a carroceria de um caminhão, eu quis morrer porque toda educação feminina é no sentido de que a mulher deve ser discreta, hoje já se superou isto um pouco, mas na época era, a mulher não foi feita para falar, ela foi feita para ficar quietinha, e ouvir, ter uma postura elegante, e quando eu me vi puxada por aquele caminhão, eu me senti a última das mulheres, eu me senti ultrajada, mas com o tempo você vai se habituando, vai se incorporando e você se sai bem também, então me elegi a deputada estadual, e meu trabalho foi sempre buscando o caminho social, eu achava que esta era a maneira de eu resolver os problemas sociais

O que a ex-senadora sentiu ao subir em uma carroceria de um caminhão demonstra o que Bourdieu coloca a respeito da contenção do corpo da mulher, que a educação feminina é de postura elegante, ela se manifesta nas roupas e nas maneiras de agir. Já que o dominado é o feminino, este tem uma maneira de se comportar, que é através do silêncio e do corpo:

Como se a feminilidade se medisse pela arte de se fazer pequena, mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de cerco invisível, limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo – enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos. Essa espécie de confinamento simbólico é praticamente assegurado por suas roupas e tem por efeito não só dissimular o corpo, chamá-lo continuamente à ordem sem precisar de nada para prescrever ou proibir explicitamente: ora com algo que limita de certo modo os movimentos, como os saltos altos ou a bolsa que ocupa permanentemente as mãos, e sobretudo a saia que impede ou desencoraja alguns tipos de atividades (a corrida, algumas formas de sentar etc.); [...] E as poses ou posturas mais relaxadas, como o fato dese balançarem na cadeira, ou de porem os pés sobre a mesa, que são por vezes vistas nos homens – do mais alto escalão – como forma de demonstração de poder, ou, o que dá mesmo, de afirmação são, para sermos exatos, impensáveis para uma mulher.²⁹

O que Bourdieu afirma possui relação com o sentimento que a ex-senadora teve em seu primeiro comício, pois sua socialização foi que a mulher deve ter uma postura elegante para acompanhar o homem. Tomar a palavra publicamente e olhar nos olhos sempre foi monopólio dos homens, a mulher se mantinha afastada de lugares públicos e sempre com os olhos baixos, por isso, a ex-senadora se sentiu a última das mulheres.³⁰ Com a Deputada Eurides Brito, a entrada foi diferente:

Como é que eu entrei em política partidária? É uma coisa interessante, nunca pensei e aliás se esta pergunta tivesse sendo feita há vinte anos atrás, se dissesse que eu ainda seria política aqui no Distrito Federal, eu diria que a pessoa teria que fazer um exame de sanidade mental, porque eu participava daquele grupo de brasileiros que diziam assim: político, que coisa, tudo é um bando de safado, mentirosos, promesseiros! Eu fui um pouco desse grupo que dizia sempre isso. Quando foi aprovada a representação política para o Distrito Federal, eu tinha deixado a Secretaria de Educação dois mandatos consecutivos de Secretária de Educação, eu era professora da Universidade de Brasília. Mas aquela época como professora da UNB, eu fui indicada pelo ministro da educação para ser secretária, foi o ministro Eduardo Portela, e fui secretária do GDF por dois governos consecutivos, o governador Lamieson e o governador Ornélas, esta época não havia representação política no DF, haviam os debates já, que eram organizados principalmente pela Associação Comercial do Distrito Federal que lutava por uma representação política no Distrito Federal e tudo mais. E assim,

²⁹ Ver Pierre Bourdieu, op. cit., pp. 39 e 40.

³⁰ Pierre Bourdieu comenta sobre isto, em op. cit., 27.

foi aprovada uma Emenda Constitucional em 75 no Congresso Nacional que dizia que o Distrito Federal podia votar em Deputado Federal, foi o primeiro passo da nossa emancipação política. Um dia eu estava em casa e recebi um grupo de professores, eu não era mais secretária, tinha voltado para a UNB, e foram me visitar, professores da rede, e vieram me dizer que eu seria a candidata deles a deputada. Eu pensei que eles tivessem enlouquecidos. Nunca tinha sido filiada a nenhum partido político. Então o grupo disse: nós pensamos e temos que ter um representante pelo que a senhora trabalhou pela educação do DF nestes seis anos como secretária e ali me incentivaram, me estimularam e fomos procurar partido. E aí eu me filiei ao PFL e saí candidata como deputada federal, que era a única representação política da época, era deputado e senador, era representação para o Congresso, não havia nem Câmara Distrital, nem para governador. Nesta eleição, eu fiquei como primeira suplente no PFL, foi uma campanha absolutamente sem dinheiro, feita pelos professores, e eu não me elegi por causa da legenda e não por causa de votos. Daí entrou um vírus, e eu disse assim, ah! Foi uma experiência, foi boa, mas nunca mais, dando aula na Universidade mas daí começou, vem aquela coisa interessante de vida política, movimentos femininos, o PFL me convidou para organizar com outras senhoras, principalmente com a Ana Maria Maciel, o movimento de mulheres do PFL, a então senadora Eunice Michilles que era a primeira mulher a ocupar uma vaga no senado também estava no movimento, e ali organizamos um movimento feminino que foi muito interessante, e me candidatei outra vez na campanha de 90, daí fui para Câmara Federal, fiquei dois anos e fui chamada pelo governador para vir ser mais uma vez secretária de educação, daí pela terceira vez como secretária de educação e me candidatei. 94 foi um ano marco, foi um ano de muita decepção na política, foi o ano que eu fui uma das mais votadas para Câmara Federal, tive trinta e quatro mil votos que aquela época era muito voto, e com todos estes votos, não entrei e no meu lugar entrou dois deputados, a deputada Maria Laura do PT com dezenove mil e o deputado Agnelo Queiroz com vinte e um mil, e para explicar para o povo que como é que eu com trinta e quatro mil tinha ficado fora era uma coisa muito complicada e eu disse: sabe de uma coisa eu vou é voltar para universidade, não vou mais cuidar disso, e então eu dei um tempinho, daí com o tempo o partido começa a reunir, começa a chamar por isso que eu disse que é um vírus, ele entra e para a gente se livrar dele realmente é muito difícil. Nada me veio na vida de uma forma fácil, então eu consegui sobreviver neste meio político sabendo separar o joio do trigo, e vi que é um lugar onde você pode trabalhar bastante.

A deputada Maninha era estudante de medicina na Universidade de Brasília e começou nos movimentos estudantis e mais tarde no sindicato:

Essa experiência vivida na UNB imediatamente após a minha formatura me fez com outros colegas médicos a fundar o Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, e eu fui a primeira vice-presidente e dois anos depois me tornei presidente do Sindicato dos Médicos, então saí da política estudantil para a política sindical e na política sindical junto com Lula e outros companheiros do Brasil inteiro nós fundamos o PT e comecei então a militar no PT.

3.3. Dificuldades enfrentadas

Certamente, por causa da sociedade patriarcal que falei no segundo capítulo, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que conseguiram chegar ao poder político foram muitas, não só nas ruas, como também dentro do próprio partido. Como a ex-senadora é a mais velha das três, ela sofreu ainda mais discriminações, era sozinha dentro do Senado:

Quando nas pesquisas começou a aparecer a possibilidade de me eleger aí o mundo veio a baixo, a guerra que eu sofri, não só com os concorrentes masculinos mas também do próprio partido que boicotava tudo que era possível, não me avisavam dos comícios, quando tinha aquelas passeatas eu não era avisada, para eu conseguir algum tempo de televisão era uma guerra, enfim realmente havia uma discriminação muito grande por ser mulher e também pela concorrência.

Em sua candidatura, a ex-senadora, Eunice Michilles sofreu muito com o próprio partido que boicotava tudo que ela queria fazer. Por isso, ela teve dificuldades em sua campanha e não conseguiu ser eleita para o senado em sua primeira tentativa. Porém, mais tarde, entrou como suplente de um senador que havia morrido, ou seja, nem foi eleita e, a partir de então, as discriminações só aumentaram. A primeira senadora do Brasil conta um pouco mais do que sofreu ao chegar no Senado:

Como deputada estadual, eu passei os quatro anos lá, e me preparava para a reeleição, e fui convidada a ser candidata ao senado, que foi talvez a coisa mais absurda que eu já tinha ouvido na minha vida, em primeiro lugar porque eu não tinha a menor chance, e em segundo lugar porque nunca tinha havido uma mulher senadora, então mais uma vez o partido estava querendo me usar e me descartar, mas eu não sei porque

realmente eu achei que era um desafio a enfrentar e resolvi que eu ia topa, eu sabia que não me elegeria, mas também sabia que poderia demonstrar um bom potencial político, eu sabia que não me elegeria porque na época, a coisa funcionava da seguinte forma: eram três candidatos de um lado e três candidatos de outro, então os candidatos que somassem o maior número de votos, o mais votado dos três seria o senador, então o candidato do nosso lado era o vice- governador que tinha feito durante quatro anos um trabalho muito bem feito e ele era virtualmente o senador eleito, como foi. Mas eu demonstrei na época um potencial muito grande, realmente surpreendeu, então eu fui exatamente para aquilo que eu mais queria na vida, que era ser secretária da secretaria de serviços sociais, era ali que eu queria ficar, então cheguei lá muito feliz, achando que poderia fazer um bom trabalho, e me deparei com a escassez absoluta de verbas, não tinha dinheiro para fazer nada, e quarenta e cinco dias depois de eleito, o senador morreu, então eu era a suplente, e assumi e passei praticamente oito anos como senadora. Teve muita discriminação, uma discriminação diferente, eu fui recebida com rosas, poesias, galanteios, e essa não é uma maneira de receber um senador, os homens não são recebidos assim, era uma discriminação ao contrário, mas era uma discriminação, e todos durante uns seis a oito meses eu sentia claramente, eu tinha a sensação que eu estava ali, como, eles me recebiam como uma senhora, uma dama, eles diziam: está aqui a flor do senado, não era absolutamente a colega era alguém que estava ali e tal. Teve um episódio que eu vou contar que ficou muito claro isto, quando eu cheguei no senado se exigia muito de mim estar sempre arrumada, enfim porque a imprensa dizia ela estava com a roupa tal, o sapato tal, e não sei o que, isto era em 79, então eu me senti assim, muito cobrada, e eu me lembro que fui a um cabeleireiro e me atrasei um pouquinho, quando eu cheguei houve uma votação muito importante, e tinha perdido a votação e veio um senador de dedo em riste no meu nariz e disse: não faça mais isto, nós perdemos a votação porque a senhora não estava aqui, e eu fui sumindo e fiquei me sentindo muito humilhada, por sorte tinha um senador já bem velhinho, do Acre, ele levantou, sentou do meu lado e disse: minha filha, não deixe fazer isto com você não, você é tão senadora quanto ele, e eu disse, mas não é mesmo que eu sou, ora bolas, por que eu deixei que isto acontecesse comigo, mas ainda era introjectado em mim aquela coisa de a mulher tem que obedecer, e de repente eu digo poxa mas é mesmo, eles queriam alguém que eles manobrassem, faça isto, faça aquilo, é hora disto, é hora daquilo, e das outras vezes então eu tive a oportunidade de dizer para ele: eu sei da minha responsabilidade, o senhor não precisa me dizer, eu comecei a me impor também. Mas realmente foi difícil, eu confesso que muitas vezes eu tive medo. Eu já tinha sido deputada estadual, secretária de educação do meu município, secretária de serviço social, eu já tinha uma certa tarinfa em termos de manejar um gabinete, nisto eu não tive problema não, agora acho que a mulher tem muito mais qualidades para isto porque ela pode manter o respeito, a autoridade, vamos chamar de docemente, ela tem esta capacidade, o homem se ficar muito doce, não dá certo, e a mulher tem esta capacidade.

Através deste depoimento, fica claro o que Pierre Bourdieu afirma, que a mulher tem medo, ela acha natural obedecer ao homem e ficar quieta sem dar palpite algum, ele diz que os dominados contribuem para que o dominante tenha o poder, quem domina tem o aval de quem é dominado. Assim, fica clara a distinção entre masculino – ativo e feminino – passivo.³¹ Para a deputada Eurides Brito as dificuldades e discriminações continuam até hoje, dentro do partido, entre os colegas, da sociedade e ainda das próprias mulheres que não possuem o hábito de votar em mulheres políticas:

As dificuldades enfrentadas começam no próprio partido político, para a mulher pegar a vaga. Os homens querem muito as mulheres militando no partido, hoje isto está melhorando, na década passada era pior, mas eles querem muito as mulheres para cabo eleitoral porque eles sabem que as mulheres convencem melhor, então se elas estiverem trabalhando para um candidato homem é forte, e é por isso que você vê que o Congresso Nacional, pegando a Câmara dos Deputados que tem quinhentos e treze vagas para deputados federais, nós não temos trinta mulheres, então isto mostra que ainda há uma grande discriminação, e é interessante que as vezes a discriminação maior vem da própria mulher, a mulher discrimina a mulher, ela diz assim: ah! Não eu não vou votar nesta mulher não, aquele candidato é um gato, olha os olhos dele, que candidato bonito, se a mulher não discriminasse a mulher o eleitorado brasileiro é majoritariamente formado por mulheres, o percentual de diferença é pouco mas é majoritário de mulheres, então nós deveríamos ter uma representação de mulheres muito maior, mas esta discriminação começa realmente pelas mulheres.

Em seguida ela diz que as mulheres não políticas acham um absurdo aquelas que são, por deixarem seus maridos, seus filhos, enfim, suas casas para passar o dia todo resolvendo problemas do governo. Outra discriminação que sofrem é o fato de questões importantes e fortes para a economia do país nunca serem lideradas por mulheres. Para estas, sempre são indicados assuntos como as questões sociais e a educação, e o fato de a deputada estar presidindo uma comissão dos combustíveis tem assustado a todos na Câmara. Ela comenta também, os tipos de homem que existem na política:

³¹ Ver Pierre Bourdieu, op. cit., p. 31.

Hoje tem mudado, mas muito devagar, de um modo geral pensam que mulher na política, ela não deve ser uma mulher muito séria porque como é que ela abandona a casa, esta é a primeira expressão que outras mulheres falam: aquelas madames, aquelas matronas, como é que a mulher abandona o marido, abandona os filhos? Quer dizer o sentido de abandono é um sentido assim tão diferente porque você pode ser uma mulher que esteja dentro de casa vinte e quatro horas e abandonar sua família e também pode ser uma mulher que está no seu trabalho por muitas horas durante o dia e ser presente no seu lar, nas ações da casa, mas então vem aquela coisa como é que ela abandona a casa para estar na política, então esta é uma dificuldade encontrada, esta é uma reação que vem de alguns grupos na política. Por outro lado quando você já está de posse de um mandato as vezes as questões mais firmes, mais fortes que dependem de mais pulsos, os homens sempre acham, os deputados sempre acham que as mulheres não vão dar conta do recado, você vê que o Congresso Nacional não teve ainda nenhuma mulher presidindo o Senado, não teve uma mulher presidindo uma Câmara Federal, não confiam na mulher, e é uma que tem tanta competência quanto, mas eles dizem que esta tarefa não é para mulher, vamos poupar as mulheres disto, então eu só digo que nós teremos vencido realmente na política quando nós pudermos estar também em todos os pontos da política, mais governadoras, mais prefeitas, presidentas do Congresso, Câmara e Senado, quer dizer sem olhar neste caso o sexo, porque estamos ali representando uma fatia majoritária dos eleitores e uma fatia majoritária da população. O fato de estar em um meio masculino, a gente encontra dois tipos, o protetor – aquele que diz: puxa ela é frágil, deixa eu proteger - sempre protetor, ou aquele que vê com desprezo, sempre pensando que o cérebro da mulher tem algumas células a menos que não permite que ela raciocine ou que ela aprenda as coisas e saiba resolver os problemas tanto quanto nós, mas há também os homens que nos respeitam e que procuram nos abrir um espaço, mas estes aí ainda são minoritários, o maior é ou tem um sentido protetor ou então tem um sentido de desprezo para com as tarefas, pensam assim: vai haver ali uma comissão especial que vai cuidar da infância, então tem que ser uma mulher, mas aquela que vai cuidar do preço do petróleo, porque a gasolina tá cara, isto não se pensa em mulher, por exemplo o fato de eu estar presidindo aqui uma CPI de combustíveis é uma coisa que tem espantado a muita gente, porque sempre pensam que a nossa cabeça só está voltada para problemas sociais. E quando eu entrei para presidir a CPI dos combustíveis devo confessar que esta não era a minha praia, eu conhecia muito pouco, hoje eu posso falar como o produto sai lá, como ele é entregue as distribuidoras e como ele vem para o revendedor e como é que o revendedor explora a população, então eu sou capaz, porque nós somos capazes de aprender realmente as coisas e de lutar e de trabalhar realmente por isto.

A Deputada Federal Maninha, concorda com as duas sobre as dificuldades enfrentadas na política pelo fato de ser mulher, ela afirma que a mulher precisa ser boa em tudo para conseguir ser respeitada:

É fácil para uma mulher começar a atuar na política? Não, não é fácil, é difícilíssimo e muito mais difícil algum tempo atrás porque mesmo em um partido de esquerda a discriminação na atuação da mulher na política existe. Ela existe de forma velada e ela existe de forma explícita, são as mulheres que não participam da direção dos partidos, que não participam das direções sindicais, eu fui uma exceção a regra, eu me lembro que como presidente do Sindicato dos Médicos eu era muito jovem na época, e sempre tive uma cara de menina as pessoas não acreditavam como é que eu podia ser presidente de um sindicato de médicos, liderando pessoas mais idosas, nós éramos naquela época cerca de cinco mil médicos no Brasil. Me tornei depois Secretária Geral da Federação Nacional dos Médicos, e o espanto era maior ainda, porque ninguém imaginava que uma mulher jovem pudesse estar liderando milhares e milhares de homens nesse país. Portanto a discriminação na política, ela existe desde que o mundo é mundo e existe em pleno século XXI, porque o homem ainda não aprendeu que nós hoje somos maioria da população e queremos o nosso espaço. Então para você conquistar esse espaço você tem que ser melhor em tudo, melhor profissional, melhor política, saber fazer todas as suas coisas ao mesmo tempo, cuidar da sua vida pessoal, ser mãe, cuidar dos filhos, ser profissional e fazer política. Eu fiz tudo isso, costumam dizer que você percebe a diferença da mulher dentro do seu próprio espaço, quando você está na sua casa e toma conta do filho, você que toma conta do marido ou do companheiro, você percebe o que a empregada está fazendo, ou se você está na cozinha ou lavando uma roupa, você presta atenção em absolutamente tudo. Esta é uma qualidade que a mulher tem, então nós na política, nós conseguimos fazer política não apenas como o homem faz, com a dureza da política, com a disputa, nós fazemos com a dureza da disputa mas você tem um Q na política que é essa sensibilidade de perceber lá na frente o que vai acontecer ou de sentir o que as pessoas pensam e aí você tem aquela sensibilidade de contornar situações, de não deixar as coisas se entornarem, mas esta percepção é que nos facilita a nossa atuação política.

A deputada Maninha continua dizendo que a mulher no Brasil começou a votar muito tarde e teve um processo de participação na política muito lento e que, para atingir um percentual equilibrado de representantes no poder ainda vai demorar algum tempo. Ela sinaliza que as pessoas sempre pensam que quem está na política é porque o pai ou o marido é político, e não porque é uma líder e entrou por competência :

Na história da política brasileira a mulher só chegou a votar a pouco tempo atrás, a nós não era dado o direito de voto porque diziam que mulher não pensava, nós éramos um ser inferior até que conseguimos o direito de voto, e a participação da mulher na política também foi muito lenta, começou com a primeira mulher que participou da primeira Constituição brasileira, depois outras que vieram se eleger deputadas e senadoras, só agora que nós estamos tendo um percentual entre sete a 10% do número de mulheres que participam da vida política, mas aqui no Congresso Nacional a nossa participação ainda é muito pequena, enquanto a Argentina tem 30% de mulheres presentes nas bancadas, nós aqui chegamos a 7%, quatorze mulheres apenas no PT e somos quarenta e três mulheres deputadas para quinhentos e treze deputados, então é muito pouco ainda. Por isso eu creio que para entrar na política a mulher enfrenta uma discriminação absoluta, é a discriminação de todo mundo achar que se envolveu na política porque ou era mulher de político, viúva, mulher de prefeito, de governador, ou ela era amante de algum político, mas nunca que ela foi competente, que ela foi uma líder e que entrou por estas razões. Por isso, eu me lembro que quando eu fui eleita pela primeira vez lá na Câmara Legislativa a gente ouviu os discursos dos outros deputados que diziam assim: sua excelência o deputado fulano de tal, um grande deputado que atua na área tal, sua excelência, o magnífico deputado, e quando se dirigia as mulheres, que éramos três, eu, Lúcia Carvalho e Anilcéia, eles diziam assim: a deputada Anilcéia, tão boazinha, Lúcia Carvalho uma educadora, a deputada Maninha, uma médica de qualidade, mas nunca igual a eles, como excelência, e eu me lembro que a primeira discriminação que eu sofri lá na Câmara Legislativa ela veio de um gesto pretensamente carinhoso mas que trazia uma discriminação violenta, foi um deputado que nos primeiros dias resolveu nominar todo mundo, fulano de tal, tem esta qualidade, fulano de tal tem esta qualidade, e eu fui eleita por ele a musa da Assembléia, porque eu me vestia muito bem, eu era muito bonitinha, quer dizer, na verdade era uma discriminação, é o que ele vê na mulher, ele não vê na mulher a competência, a deputada que possa ser atuante, que faz boas leis, e eu na minha vida política lá dentro eu comecei a adquirir uma característica que marcou muito a minha presença na Câmara que é de ser muito brava, de não levar desaforo para casa e por diversas vezes eu quis mostrar aos deputados que não havia diferença entre ser homem e mulher, muitas vezes nas brigas eu tive que dizer: eu mando a mão na sua cara se você repetir o que você está repetindo então, a discriminação mesmo nos partidos de esquerda existe, por exemplo aqui na Câmara não tem nenhuma mulher na mesa diretora, mesmo na nossa bancada é a gente cutucando para ter espaço porque todas as comissões são preenchidas por homens, a preferência é sempre homem, é sempre velada, nunca é explícita esta discriminação, portanto o que eu quero te dizer Thaylise é que se a mulher ela é de classe social baixa, negra ou de algum segmento ainda mais restritivo, menos chance ela tem de entrar na política, agora no segmento mais alto muitas mulheres entram na política por prestígio social ou por que realmente foi mulher de prefeito, de governador.

É interessante o que todas elas falam sobre como foram recebidas por seus colegas homens. A ex-senadora foi recebida com galanteios, rosas e foi considerada a flor do Senado. E neste último depoimento da deputada Maninha, ela comenta que foi eleita a musa da Assembléia Legislativa, e concorda com o que Bourdieu e Beauvoir³² falam que o homem vê o corpo e a beleza da mulher, dificilmente vê a competência.

Pierre Bourdieu diz que as mulheres podem chegar a ser simbolicamente dominantes, mas devem ter uma consciência de que são dominadas. De acordo com a perspectiva do autor, tudo é simbolizado: a produção, o meio-ambiente, a mulher, os animais, etc. Ou seja, a organização simbólica é a estrutura de toda e qualquer sociedade, e se reflete na política, na relação homem-mulher, pais e filhos, na economia, enfim, em todas as esferas sociais. A dominação masculina que o autor afirma é reproduzida através da maneira diferenciada de socialização de meninos e meninas. A Revolução Simbólica prevê que o feminino deva deixar de ser símbolo de inferioridade, mas o autor não diz como esta revolução poderá de fato ocorrer, e apenas aponta que os símbolos devem se inverter, o que no limite, supõe uma inversão da hierarquia e não sua supressão. As entrevistadas falam um pouco sobre o que pode ser mudado para melhorar o caminho das mulheres na política e a primeira a ser cotejada é a deputada Maninha:

Aqui na Câmara nós temos um percentual de mulheres que são mulheres de prefeito e que foram eleitas por serem mulheres de prefeito, eu acho que isto só acaba quando a própria sociedade se conscientizar que este machismo tem que ser eliminado e a própria mulher também entender que o fato dela ser eleita uma representante do povo ela tem mais do que ninguém aqui dentro deste espaço lutar pelas conquistas principalmente das mulheres, porque não é fácil. E aí eu quero citar um exemplo que aconteceu comigo nestes últimos dias com o meu partido. Eu me absteve de votar para a reforma da previdência e o governo demitiu o meu marido que ocupava um cargo no governo. Para mim isto é uma expressão de machismo absoluta porque puniu em uma linha de querer vincular o meu

³² Ver Simone de Beauvoir, op. cit., p. 57.

companheiro como se ele fosse marido de deputada, ou seja desqualificou, a deputada tem um marido que está em um cargo do governo que é marido dela, não é verdade, ele estava ali porque é um dirigente, um profissional qualificado que estava em uma condição técnica mas o governo pensou simbolicamente esta situação do meu ponto de vista um governo que é de esquerda, com um presidente como o Lula tomou uma atitude como esta, e eu não vi nenhuma mulher saindo em defesa do que me aconteceu, então você percebe que a política é extremamente complicada para as mulheres.

A deputada Eurides Brito também fala um pouco sobre o papel da mulher política, e ressalta o quão importante deve ser a solidariedade feminina:

A expectativa de futuro para as mulheres virá a partir do momento em que nós mulheres políticas não decepcionemos, que possamos dar um bom exemplo, um bom saldo de trabalho. Então as mulheres, as jovens devem ter consciência de que são capazes e podem ir se engajando, sabendo que vão nas suas estruturas partidárias pouco a pouco as vezes enfrentando algumas lutas. Mas veja, o problema da baixa participação da mulher na política é em parte culpa dela porque hoje já existe lei federal que obriga os partidos durante as eleições a darem uma cota para candidatas mulheres, e pasme, os partidos não conseguem atingi-la. Para poder atingir a cota eles saem catando nas ruas algumas mulheres para darem pelo menos o nome e atingirem a cota, porque as mulheres mesmo são poucas ainda as que se dispõem a ir a luta porque é estafante! Não é fácil você as vezes as seis horas da manhã ser acordada pelo telefone com um eleitor que está com um problema.

A ex-senadora, Eunice Michilles, afirma que as coisas estão mudando para as mulheres:

Quando eu fui a primeira senadora do Brasil, foi assim, um acontecimento! Hoje nós já temos nove senadoras, quarenta e quatro deputadas, isto já é um grande avanço, mas ainda proporcionalmente é muito pouco. Eu me senti um pouco constrangida com esta lei que prevê uma reserva de vagas para as mulheres, pelo menos durante algum tempo, isto forçou os partidos a terem mulheres e isto traz incentivos às mulheres na participação, então daqui para frente a coisa vai cada vez mais melhorando, tá aí a Marina Silva, a Heloísa Helena, com tudo que eu possa discordar da atitude dela e tal, mas ela é uma mulher de coragem, de garra, maluca porém é, sem dúvida tá marcando época.

A trajetória dessas mulheres indica que a sociedade brasileira preserva em suas organizações simbólicas as estruturas de dominação masculina e o quão iluminada se forma esta dominação a partir da análise da inserção da mulher brasileira na política e das trajetórias daquelas que conseguiram ingressar neste universo.

Neste capítulo, analisei a trajetória de algumas mulheres que entraram na política e enfrentaram a teoria e prática de acordo com os dois primeiros capítulos. Tentei mostrar a inferioridade da mulher neste campo de acordo com os depoimentos e o pensamento de Pierre Bourdieu.

CONCLUSÃO

Acredito que nos estudos e teorias das Relações Internacionais, há um enfoque muito grande na atuação do Estado, do Capital, das Empresas e das Organizações Supranacionais. Não quero dizer que isso não mereça ser estudado, e sim que estes atores, a todo momento tomam decisões e agem influenciando direta ou indiretamente as pessoas, que passam a ser apenas agentes passivos deste contexto. Será que elas não possuem uma atuação relevante? As teorias das Relações Internacionais carecem de um enfoque maior na dimensão do sujeito como agente influenciador das relações entre as nações. Então, neste trabalho, tentei mostrar a face humana das Relações Internacionais.

Cheguei a conclusão que o campo da vida pública e política, é novo para as mulheres, que acabam se tornando invisíveis ou apolíticas. É novo porque elas tiveram uma socialização histórica diferenciada, sempre voltada para o lar, ou seja, para a dedicação exclusiva ao marido e aos filhos, e só a pouco tempo que decidiram lutar por direitos iguais com os homens. Nas últimas décadas as mulheres passaram a ocupar cargos masculinos e serem reconhecidas, respeitadas e valorizadas. Porém, a entrada para a política foi muito lenta.

Através do material lido, e principalmente das entrevistas realizadas, acredito que o objetivo maior é tentar diminuir as desigualdades existentes entre homens e mulheres fazendo valer assim os Direitos Humanos.

Quando me refiro a fazer política e ocupar postos de poder, não quero dizer apenas ao campo do Estado, apesar de meu trabalho ter mostrado apenas neste, deve-se fazer política e ocupar posições de poder em todos os lugares, no âmbito do Estado e no âmbito da sociedade civil organizada. Acredito que se as mulheres aumentarem sua participação nos movimentos sociais podem chegar a diminuir a enorme diferença da participação feminina em relação a masculina no Executivo e Legislativo. Elas podem ser militantes e ativistas por um

mundo mais justo em todos os espaços. Este envolvimento depende das próprias mulheres, da consciência e solidariedade da sociedade e, depende, também, das responsabilidades do Estado no que se refere à garantia e prestação de bens e serviços públicos.

Além de uma maior participação da mulher nos movimentos sociais e uma organização forte nos partidos políticos e sindicatos, acredito que um desafio bastante relevante é o estudo de disciplinas que enfocam mais o feminismo nas teorias políticas dentro das universidades, escolas e centros de pesquisa, bem como o que ocorre na Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia, onde várias mudanças foram feitas nos textos escolares para uma socialização de crianças mais homogênea, não vinculada as diferenças sexuais.

Mas o grande desafio é na verdade, a diversidade social que existe entre as mulheres, e que fica esquecido nas pesquisas já existentes. Existem vários tipos de mulher, com experiências diferentes e pensamentos feministas diferentes. Neste diapasão, a mulher não estaria representada, se por exemplo, houver mulheres que se elegem defendendo a bandeira feminista e mais tarde se masculinizam. O que eu quero dizer, é que não é importante ter mais mulheres no poder, e sim, mais mulheres com uma postura feminista, porque o que ocorre hoje é que além de serem poucas, nem todas adotam esta postura.

Concluo meu trabalho com as palavras que Lúcia Avelar deixou sobre este tema tão apaixonante:

Em um mundo ainda tão dividido, com realidades tão distantes, pensar em igualdade entre os sexos é tarefa apaixonante e de resultados vagarosos. Assim, o tema da mulher na elite política retorna ao ponto essencial: se as mulheres querem ascender ao poder, e deveriam fazê-lo, elas devem candidatar-se aos cargos corporativos, e devem procurar o apoio do eleitorado feminino assim como o apoio de homens que acreditam nos princípios fundamentais da democracia e dos direitos humanos.³³

³³ Ver Lúcia Avelar, op. cit., p. 175.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LIBARDONI, Marlene (org.). **Direitos Humanos das mulheres... em outras palavras, subsídios para capacitação legal de mulheres e organizações.** Brasília: AGENDE (Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento), 2002.
- AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira.** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora Unesp, 2002.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo.** Vol.1. Tradução de Sérgio Milliet, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Tradução de Maria Helena Kühner, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Tradução de Pietro Nassetti, São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARIE MURARO, Rose e BOFF, Leonardo. **Feminino e Masculino.** 4^a ed., Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- SANTILLÁN FERNÁNDEZ, José. *Política e Ética.* In: **Norberto Bobbio, o filósofo e a política.** Tradução de César Benjamin e Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- VICENTINO, Cláudio e DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil.** São Paulo: Scipione, 2001.

WEBER, Max. *Política como vocação*. In: **Ciência e Política duas vocações**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota, São Paulo: Cultrix, 2000.

SITES:

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA (C-Fêmea). Disponível em: <http://www.cfemea.org.br>. Acesso em: 12 jun. 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 21 out. 2003.

INTER-PARLIAMENTARY UNION (IPU). Disponível em: <http://www.ipu.org>. Acesso em: 17 set. 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <http://www.onu.org>. Acesso em 02 out. 2003.

OFFICE FOR THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Disponível em: <http://www.unhchr.ch>. Acesso em 02 out. 2003.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT FUND FOR WOMEN (Unifem). Disponível em: <http://www.unifem.org>. Acesso em: 07 ago. 2003.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 21 out. 2003.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.gov.br>. Acesso em: 21 out. 2003.

ANEXO

Anexo A.1

Classificação Mundial da mulher no parlamento.

Rank	Country	Lower or single House				Upper House or Senate			
		Elections	Seats*	Women	% W	Elections	Seats*	Women	% W
1	Rwanda	09 2003	80	39	48.8	09 2003	20	6	30.0
2	Sweden	09 2002	349	158	45.3	---	---	---	---
3	Denmark	11 2001	179	68	38.0	---	---	---	---
4	Finland	03 2003	200	75	37.5	---	---	---	---
5	Netherlands	01 2003	150	55	36.7	05 1999	75	20	26.7
6	Norway	09 2001	165	60	36.4	---	---	---	---
7	Cuba	01 2003	609	219	36.0	---	---	---	---
8	Belgium	05 2003	150	53	35.3	05 2003	71	23	32.4
9	Costa Rica	02 2002	57	20	35.1	---	---	---	---
10	Austria	11 2002	183	62	33.9	N.A.	62	13	21.0
11	Germany	09 2002	603	194	32.2	N.A.	69	17	24.6
12	Argentina	10 2001	257	79	30.7	10 2001	72	24	33.3
13	Iceland	05 2003	63	19	30.2	---	---	---	---
14	Mozambique	12 1999	250	75	30.0	---	---	---	---
15	South Africa**	06 1999	399	119	29.8	06 1999	89	17	31.5
16	Seychelles	12 2002	34	10	29.4	---	---	---	---
17	New Zealand	07 2002	120	34	28.3	---	---	---	---
"	Spain	03 2000	350	99	28.3	03 2000	259	63	24.3
18	Viet Nam	05 2002	498	136	27.3	---	---	---	---
19	Grenada	01 1999	15	4	26.7	01 1999	13	1	7.7
20	Switzerland	10 2003	200	53	26.5	10 2003	46	?	?
21	Namibia	11 1999	72	19	26.4	11 1998	26	2	7.7
22	Bulgaria	06 2001	240	63	26.2	---	---	---	---
23	Timor-Leste***	08 2001	88	23	26.1	---	---	---	---
24	Turkmenistan	12 1999	50	13	26.0	---	---	---	---
25	Australia	11 2001	150	38	25.3	10 1998	76	22	28.9
26	Uganda	06 2001	304	75	24.7	---	---	---	---
27	Lao People's Democratic Rep.	02 2002	109	25	22.9	---	---	---	---
28	Saint Vincent & the Grenadines	03 2001	22	5	22.7	---	---	---	---
29	Mexico	07 2003	500	113	22.6	07 2000	128	20	15.6
30	United Rep. of Tanzania	10 2000	274	61	22.3	---	---	---	---
31	Eritrea	02 1994	150	33	22.0	---	---	---	---
32	China	1997-98	2984	650	21.8	---	---	---	---
33	Pakistan	10 2002	342	74	21.6	02 2003	100	17	17.0
34	Latvia	10 2002	100	21	21.0	---	---	---	---

35	Monaco	02 2003	24	5	20.8	---	---	---	---
36	Nicaragua	11 2001	92	19	20.7	---	---	---	---
37	Canada	11 2000	301	62	20.6	N.A.	105	34	32.4
38	Croatia	01 2000	151	31	20.5	---	---	---	---
39	Poland	09 2001	460	93	20.2	09 2001	100	23	23.0
40	Dem. People's Rep. of Korea	07 1998	687	138	20.1	---	---	---	---
41	Bahamas	05 2002	40	8	20.0	05 2002	16	?	?
"	Guyana	03 2001	65	13	20.0	---	---	---	---
42	Trinidad and Tobago	10 2002	36	7	19.4	12 2001	31	10	32.3
43	Guinea	06 2002	114	22	19.3	---	---	---	---
"	Slovakia	09 2002	150	29	19.3	---	---	---	---
44	Senegal	04 2001	120	23	19.2	---	---	---	---
45	Portugal	03 2002	230	44	19.1	---	---	---	---
46	Dominica	01 2000	32	6	18.8	---	---	---	---
"	Estonia	03 2003	101	19	18.8	---	---	---	---
47	Bolivia	06 2002	130	24	18.5	06 2002	27	4	14.8
48	Burundi	06 1993	179	33	18.4	01 2002	53	10	18.9
49	Peru	04 2001	120	22	17.5	---	---	---	---
"	The f.Y.R. of Macedonia	09 2002	120	22	18.3	---	---	---	---
50	United Kingdom	06 2001	659	118	17.9	N.A.	713	117	16.4
51	Philippines	05 2001	214	38	17.8	05 2001	24	3	12.5
52	Suriname	05 2000	51	9	17.6	---	---	---	---
53	Dominican Republic	05 2002	150	26	17.3	05 2002	32	2	6.3
54	Botswana	10 1999	47	8	17.0	---	---	---	---
"	Czech Republic	06 2002	200	34	17.0	10 2002	81	10	12.3
55	Bosnia and Herzegovina	10 2002	42	7	16.7	11 2002	15	0	0.0
"	Luxembourg	06 1999	60	10	16.7	---	---	---	---
"	San Marino	06 2001	60	10	16.7	---	---	---	---
56	Ecuador	10 2002	100	16	16.0	---	---	---	---
"	Singapore	11 2001	94	15	16.0	---	---	---	---
57	Angola	09 1992	220	34	15.5	---	---	---	---
58	Israel	01 2003	120	18	15.0	---	---	---	---
59	Sierra Leone	05 2002	124	18	14.5	---	---	---	---
60	Andorra	03 2001	28	4	14.3	---	---	---	---
"	United States of America	11 2002	435	62	14.3	11 2002	100	13	13
61	Ireland	05 2002	166	22	13.3	07 2002	60	10	16.7
"	Saint Kitts and Nevis	03 2000	15	2	13.3	---	---	---	---
62	Gambia	01 2002	53	7	13.2	---	---	---	---
63	Republic of Moldova	02 2001	101	13	12.9	---	---	---	---
64	Tajikistan	02 2000	63	8	12.7	03 2000	34	4	11.8
65	Chile	12 2001	120	15	12.5	12 2001	49	2	4.1
66	France	06 2002	574	70	12.2	09 2001	321	35	10.9
"	Slovenia	10 2000	90	11	12.2	---	---	---	---
67	Uruguay	10 1999	99	12	12.1	10 1999	31	3	9.7
68	Colombia	03 2002	166	20	12.0	03 2002	102	9	8.8

"	Liechtenstein	02 2001	25	3	12.0	---	---	---	---
"	Syrian Arab Republic	03 2003	250	30	12.0	---	---	---	---
"	Zambia	12 2001	158	19	12.0	---	---	---	---
69	Burkina Faso	05 2002	111	13	11.7	---	---	---	---
"	Jamaica	10 2002	60	7	11.7	10 2002	21	4	19.0
"	Lesotho	05 2002	120	14	11.7	N.A.	33	12	36.4
70	Italy	05 2001	618	71	11.5	05 2001	321	26	8.1
"	Tunisia	10 1999	182	21	11.5	---	---	---	---
71	Cape Verde	01 2001	72	8	11.1	---	---	---	---
"	Saint Lucia	12 2001	18	2	11.1	12 2001	11	4	36.4
72	Djibouti	01 2003	65	7	10.8	---	---	---	---
"	Morocco	09 2002	325	35	10.8	9 2001	270	1	0.4
73	Cyprus	05 2001	56	6	10.7	---	---	---	---
"	El Salvador	03 2003	84	9	10.7	---	---	---	---
"	Romania	11 2000	345	37	10.7	11 2000	140	8	5.7
74	Lithuania	10 2000	141	15	10.6	---	---	---	---
75	Azerbaijan	11 2000	124	13	10.5	---	---	---	---
"	Mongolia	07 2000	76	8	10.5	---	---	---	---
76	Kazakhstan	10 1999	77	8	10.4	10 2002	39	2	5.1
"	Malaysia	11 1999	193	20	10.4	03 1998	69	18	26.1
77	Belarus	10 2000	97	10	10.3	12 2000	61	19	31.1
78	Mali	07 2002	147	15	10.2	---	---	---	---
79	Kyrgyzstan	02 2000	60	6	10.0	02 2000	45	1	2.2
"	Zimbabwe	06 2000	150	15	10.0	---	---	---	---
80	Panama	05 1999	71	7	9.9	---	---	---	---
81	Hungary	04 2002	386	38	9.8	---	---	---	---
82	Sudan	12 2000	360	35	9.7	---	---	---	---
"	Venezuela	07 2000	165	16	9.7	---	---	---	---
83	Bhutan	N.A.	150	14	9.3	---	---	---	---
"	Malawi	06 1999	193	18	9.3	---	---	---	---
84	Gabon	12 2001	119	11	9.2	02 2003	91	12	13.2
"	Thailand	01 2001	500	46	9.2	03 2000	200	21	10.5
85	Sao Tome and Principe	03 2002	55	5	9.1	---	---	---	---
86	Ghana	12 2000	200	18	9.0	---	---	---	---
87	Cameroon	06 2002	180	16	8.9	---	---	---	---
88	Guatemala	11 1999	113	10	8.8	---	---	---	---
"	India	09 1999	543	48	8.8	11 2002	242	25	10.3
"	Paraguay	04 2003	80	7	8.8	04 2003	45	4	8.9
89	Greece	04 2000	300	26	8.7	---	---	---	---
90	Brazil	10 2002	513	44	8.6	10 2002	81	10	12.3
91	Congo	05 2002	129	11	8.5	07 2002	60	9	15.0
"	Cote d'Ivoire	12 2000	223	19	8.5	---	---	---	---
92	Indonesia	06 1999	500	40	8.0	---	---	---	---
93	Serbia and Montenegro****	09 2003	126	10	7.9	---	---	---	---
94	Liberia	07 1997	64	5	7.8	07 1997	26	5	19.2

95	Ethiopia	05 2000	547	42	7.7	05 2000	120	10	8.3
"	Malta	04 2003	65	5	7.7	---	---	---	---
96	Russian Federation	12 1999	449	34	7.6	N.A.	178	6	3.4
97	Togo	10 2002	81	6	7.4	---	---	---	---
98	Japan	06 2000	480	35	7.3	07 2001	247	38	15.4
99	Georgia	10 1999	235	17	7.2	---	---	---	---
"	Uzbekistan	12 1999	250	18	7.2	---	---	---	---
100	Kenya	12 2002	224	16	7.1	---	---	---	---
101	Algeria	05 2002	389	24	6.2	12 1997	144	8	5.6
102	Samoa	03 2001	49	3	6.1	---	---	---	---
103	Benin	03 2003	83	5	6.0	---	---	---	---
"	Maldives	11 1999	50	3	6.0	---	---	---	---
104	Nepal	05 1999	205	12	5.9	06 2001	60	?	?
"	Republic of Korea	04 2000	273	16	5.9	---	---	---	---
105	Chad	04 2002	155	9	5.8	---	---	---	---
106	Albania	06 2001	140	8	5.7	---	---	---	---
"	Fiji	08 2001	70	4	5.7	08 2001	32	?	?
"	Mauritius	09 2000	70	4	5.7	---	---	---	---
107	Honduras	11 2001	128	7	5.5	---	---	---	---
"	Jordan	06 2003	110	6	5.5	11 2001	40	?	?
108	Antigua and Barbuda	03 1999	19	1	5.3	03 1999	17	2	11.8
"	Ukraine	03 2002	450	24	5.3	---	---	---	---
109	Equatorial Guinea	03 1999	80	4	5.0	---	---	---	---
110	Nigeria	04 2003	360	17	4.9	04 2003	107	3	2.8
111	Armenia	05 2003	131	6	4.6	---	---	---	---
112	Sri Lanka	12 2001	225	10	4.4	---	---	---	---
"	Turkey	11 2002	550	24	4.4	---	---	---	---
113	Iran (Islamic Rep. of)	02 2000	290	12	4.1	---	---	---	---
114	Madagascar	12 2002	160	6	3.8	03 2001	90	10	11.1
115	Mauritania	10 2001	81	3	3.7	04 2002	56	3	5.4
116	Haiti	05 2000	83	3	3.6	05 2000	27	7	25.9
117	Belize	03 2003	29	1	3.4	01 2002	8	?	?
118	Swaziland	10 1998	65	2	3.1	10 1998	30	4	13.3
119	Marshall Islands	11 1999	33	1	3.0	---	---	---	---
120	Egypt	11 2000	454	11	2.4	05 2001	264	15	5.7
121	Lebanon	08 2000	128	3	2.3	---	---	---	---
122	Bangladesh	10 2001	300	6	2.0	---	---	---	---
123	Vanuatu	05 2002	52	1	1.9	---	---	---	---
124	Niger	11 1999	83	1	1.2	---	---	---	---
125	Papua New Guinea	06 2002	109	1	0.9	---	---	---	---
126	Yemen	04 2003	301	1	0.3	---	---	---	---
127	Bahrain	10 2002	40	0	0.0	11 2002	40	6	15.0
"	Kuwait	07 2003	65	0	0.0	---	---	---	---
"	Micronesia (Fed. States of)	03 1999	14	0	0.0	---	---	---	---
"	Palau	11 2000	16	0	0.0	11 2000	9	0	0.0

"	Saudi Arabia	05 2001	120	0	0.0	---	---	---	---
"	Solomon Islands	12 2001	50	0.0	0.0	---	---	---	---
"	Tuvalu	07 2002	15	0	0.0	---	---	---	---
"	United Arab Emirates	12 1997	40	0	0	---	---	---	---
?	Barbados	05 2003	30	?	?	05 2003	21	?	?
?	Cambodia	07 2003	122	?	?	03 1999	61	8	13.1
?	Dem. Republic of the Congo	08 2000	300	?	?	---	---	---	---
?	Kiribati	05 2003	42	?	?	---	---	---	---
?	Libyan Arab Jamahiriya	03 1997	760	?	?	---	---	---	---
?	Nauru	05 2003	18	?	?	---	---	---	---
?	Tonga	03 2002	30	?	?	---	---	---	---

Situação: 20 de Outubro de 2003.

Fonte: International Union Parliamentary: www.ipu.org